



# Ronald Reagan em campanha para caluniar sandinistas

O presidente dos EUA, Ronald Reagan, vem conduzindo nas últimas semanas uma vasta campanha de calúnias contra os dirigentes sandinistas da Nicarágua. Seu objetivo é conseguir a liberação pelo Congresso de mais verbas para os contra-revolucionários, desacreditados junto à opinião pública e condenados à derrota sem os dólares norte-americanos.

Há quatro anos, nesta época, repete-se a tradicional mobilização da Casa Branca (sede do governo norte-americano) com vistas a obter do Congresso novas concessões de verbas aos "contras". Este ano, Reagan pretende entregar a eles 100 milhões de dólares - 70 de ajuda militar e mais 30 de "ajuda humanitária".

O próprio governo reconhece o desgaste dos "contras" junto à opinião pública, particularmente depois que a Antistia Internacional divulgou relatório em que os responsáveis pela prática de diversas violações dos direitos humanos - torturas, atentados contra a população civil, seqüestros e assassinatos. Em carta ao Senado, o subsecretário de Estado para assuntos interamericanos, Elliot Abrams, diz que "é um equívoco continuar a associá-los (os "contras") a Somoza", mas admitiu que eles precisariam "melhorar seu

desempenho em matéria de direitos humanos".

Também no terreno militar as seguidas derrotas dos sandinistas têm despertado a desconfiança dos parlamentares na eficácia desta solução para o conflito da América Central. No último dia 12, a Comissão de Informação da Câmara dos EUA divulgou um documento onde conclui que os "contras" não têm condições de vencer. Segundo este relatório, só tropas norte-americanas teriam capacidade de derrubar os sandinistas.

Em meio a estas dificuldades, Reagan resolveu nos últimos dias participar diretamente da campanha de pressão sobre o Congresso. Fez uma série de pronunciamentos onde lançou mão de argumentos os mais fantasiosos a fim de sensibilizar a opinião pública para a necessidade de continuar financiando os contra-revolucionários nicaraguenses.

No dia 14, o presidente enviou mensagem ao Congresso onde apresentou uma política externa supostamente nova, condenando os regimes autoritários. "O povo norte-americano - afirmou - acredita nos direitos humanos e opõe-se à tirania, qualquer que seja a sua forma" Na véspera, os EUA haviam pela primeira vez votado a favor de uma resolução da ONU que condenava a ditadura de Pinochet, no Chile.

Na mesma mensagem, Reagan anunciava os meios de pressão a serem utilizados: gestões econômicas, ajuda econômica e apoio aos "companheiros da liberdade". De concreto, porém, até o momento, só existe o pedido de verbas para os "contras".

As reações ao pronunciamento foram em sua maioria negativas. O presidente peruano, Alan Garcia, declarou que "o pedido de ajuda para atacar a Nicarágua agride toda a América Latina". O governador do Arizona, Bruce Babbitt, disse que "eles não são democráticos nem por convicção nem por apoio popular".

O ponto alto da campanha de Reagan, porém, foi o pronunciamento que fez na noite

do domingo, dia 16, em cadeia nacional de televisão. Depois de proclamar que "também sou 'contra'" o ex-bandeiro de Hollywood qualificou a Nicarágua como "tumor maligno que pode se transformar em ameaça para todo o hemisfério". E citou uma série de países que teriam "guerrilheiros" recebendo treinamento militar, armas, documentos falsos e outras formas de auxílio dos sandinistas - entre estes países estaria o Brasil (veja quadro).

As acusações de Reagan têm merecido o total descrédito dos congressistas e da população norte-americana. Mas o perigo representado pela ajuda aos "contras" pode ser avaliado pelo plano que a CIA já elaborou para utilizar os dólares solicitados por Reagan. Oficiais e suboficiais dos corpos de elite do exército norte-americano, os "boinas verdes", treinarão os contra-revolucionários no território de Honduras. Como apontou o senador Alan Cranston, "é o mesmo modelo que aplicamos no Vietnã: ao dinheiro se seguiram os assessores militares e a estes, os soldados".

(Sílvio Queiroz)



Um grupo de exilados chilenos realizou na semana passada, em São Paulo, uma greve de fome de três dias (quarta, quinta e sexta) em protesto contra a ditadura Pinochet. O grupo, liderado por Arturo Bilharam, do Comitê Brasileiro de Solidariedade ao Povo do Chile, também recolheu doações em dinheiro, roupa e comida, para os trabalhadores atingidos pelo forte inverno ocorrido recentemente naquele país.

Conforme Arturo Bilharam "o que todos os manifestantes aqui desejamos é um nova sociedade chilena, onde o povo tenha pão, trabalho, justiça e liberdade. Exigimos eleições gerais, a apuração da violação dos direitos humanos, em especial da questão dos desaparecidos e queremos que o governo brasileiro cumpra a promessa de Tancredo Neves, de ajudar a luta das forças democráticas em nosso país".

## Os assaltos de Marcos à economia das Filipinas

Os escândalos continuam envolvendo o ex-ditador das Filipinas, Ferdinand Marcos, e seus comparsas. No último dia 13 o novo governo filipino congelou os bens da família Marcos ainda existentes no país. É um duro golpe para o ex-ditador, mas não o deixará na miséria. Ferdinand, ao longo de seus 20 anos no poder, tratou de investir também além das fronteiras filipinas. Só nos Estados Unidos, ele possui mansões e terrenos no valor de 350 milhões de dólares, além de um hotel, um prédio de escritórios e vários edifícios residenciais - isso do que a imprensa conseguiu apurar.



Marcos: contribuições para Reagan

No final de 1984, Marcos depositou 630 milhões de dólares em sua conta no Banco Nacional da Suíça, mas sabe-se de uma outra conta, numerada, com crédito superior a 800 milhões de dólares. A riqueza do ex-ditador, roubada à nação filipina, está entre 5 bilhões e 10 bilhões de dólares - quase 50% da dívida externa das Filipinas!

Mas não foi somente investimento imobiliário e depósitos bancários que Marcos realizou no exterior. Ele foi também um dos financiadores da campanha de Ronald Reagan à Presidência dos Estados Unidos, em 1980. O jornal "Philippine Inquirer", de Manila, denunciou que Marcos doou 67 milhões de dólares ao seu amigo Reagan. E Reagan não deixou o colega a ver navios quando o povo filipino estava para derrubá-lo do poder: os

Estados Unidos já gastaram 437 dólares em transporte, segurança e hospedagem com o ex-ditador e sua gang, que se refugiaram no Havaí.

Mas mesmo nos EUA o bando dos Marcos está tendo problemas. Seu primo, o general Fabian Ver (ex-chefe das Forças Armadas e um dos assassinos do líder opositorista Benigno Aquino) foi intimado a comparecer diante dos tribunais ianques para responder a uma acusação de suborno na realização de contratos de ajuda militar entre os EUA e as Filipinas (que sediam as duas principais bases norte-americanas no exterior). No dia 18 o governo norte-americano entregou ao governo filipino 1.500 documentos referentes à fortuna de Marcos.

## Quem ameaça o Brasil?

No discurso que fez no último dia 16, na televisão, Reagan enumerou uma série de países que teriam "guerrilheiros" recebendo ajuda nicaraguense, entre os quais estaria o Brasil. A tal ajuda consistiria em treinamento militar, armas, documentos falsos, comunicações, abrigo e transporte seguro.

respondeu que se tratava de um "equivoco".

Desta vez, a embaixada brasileira em Manágua e a chancelaria nicaraguense desmentiram categoricamente as acusações, enquanto o representante brasileiro nos EUA qualificava as afirmações de Reagan como "inadequadas, imprudentes e infelizes".

O funcionário norte-americano disse que encerrava sua convocação ao Itamaraty como "absolutamente normal e rotineira". Mas o governo brasileiro exigiu que os EUA reconheçam que houve má fé no "equivoco" de Reagan e ponham um ponto final nas tentativas de usar o Brasil para justificar intervenções na Nicarágua.



Os boinas verdes, depois do Vietnã, atacarão a Nicarágua?

## Social-democracia é derrotada na França

O eleitorado francês desaprovou a administração social democrata de François Mitterrand nas eleições de 16 de março. Pela primeira vez desde 1959, quando a atual Constituição entrou em vigor, um presidente da França vai governar com maioria opositorista no Parlamento e um primeiro-ministro hostil - provavelmente Jacques Chirac, gaullista.

A oposição direita conseguiu maioria absoluta no Parlamento. RPR e UDF, que fizeram coligação, pularam de 146 para 291 deputados dos 573 existentes. O Partido Socialista, de Mitterrand, viu diminuída sua representação parlamentar. "A nova maioria é fraca numericamente, mas existe", admitiu o presidente social-democrata.

O resultado das urnas reflete a desilusão popular com o

"socialismo côr-de-rosa" do PS, que tudo prometeu nas eleições presidenciais que o levaram ao poder; e depois governou mesmo a favor da burguesia, dos exploradores. Mitterrand acenava, por exemplo, com o fim, ou pelo menos, com a diminuição do desemprego. Mas este saltou de 7,3% em 1980 para 11% em 1985 (a população economicamente ativa no país é composta por 23 milhões de pessoas). Além

disso, congelou salários. Medidas como essa acabaram neutralizando algumas vantagens conquistadas pelos operários, como a redução da jornada de trabalho para 39 ou 38 horas (depende da categoria profissional) ou as férias de cinco semanas.

### FIASCO DOS REVISIONISTAS

Também o PCF de George Marchais, revisionista, amargou considerável derrota no pleito, ficando com menos de 10% do eleitorado - seu pior resultado desde a Segunda Guerra. Um revés que aprofundará ainda mais a crise vivida pelos revisionistas no país, que abandonaram o governo de Mitterrand, mas não se opuseram à sua política reformista. Pierre Juquim, ex-membro do birô político do PCF, chegou a afirmar: "Estamos ameaçados de extinção".

Mas se a administração social-democrata está desgostando a população, a burguesia francesa por sua vez não tem nada de novo a lhe contrapor. Pelo contrário, o que se notou nessas eleições foi um certo avanço dos setores fascistas - tanto que a Frente Nacional, de extrema-direita, que não tinha representação parlamentar, agora elegeu 35 deputados.

### NACIONALISMO RACISTA

A pregação da FN visa dividir trabalhadores e instigar os sentimentos racistas e o nacionalismo estreito entre a população. Jean Marie Le Pen, principal líder dos fascistas e um dos comandantes das campanhas francesas contra o povo argelino na época da luta de libertação deste país, propõe a expulsão dos imigrantes

desempregados e a demissão dos empregados ("2 milhões de estrangeiros desempregados geram 2 milhões de empregos aos franceses", afirmou), quer a exclusividade dos serviços sociais públicos a filhos de "franceses autênticos", a revogação do direito à nacionalidade francesa aos filhos de imigrantes nascidos na França e o reforço do controle policial, entre outras barbaridades.

É importante notar que também outros partidos de direita, como a RPR-UDF (de seus quadros sairá o primeiro ministro), assumiram posicionamentos antiimigrantes, como a suspensão de bônus ao terceiro filho de pais estrangeiros - direito assegurado a todos os habitantes da França.

### NOVO GOVERNO

Num tal quadro, a comunidade pouco participou do processo eleitoral. A abstenção foi das maiores dos últimos tempos: 64% dos 37,5 milhões de eleitores. A imprensa francesa deplorou o "tédio" da campanha eleitoral, onde não se apresentavam propostas que galvanizassem a opinião pública.

Mitterrand trata agora de formar um novo governo. A direita indicará o novo primeiro-ministro - ao que tudo indica, o prefeito de Paris, Jacques Chirac. E já anunciou alguns de seus projetos, como a liberalização dos preços, fim das restrições legais para a demissão de operários, cancelamento da lei antimonopólio na área de comunicação, reimplantação dos tribunais especiais para presos políticos etc.. Uma administração ainda mais favorável à burguesia monopolista e imperialista.



Chirac, à frente do governo, favorecerá ainda mais os monopolistas

## Clássicos do marxismo

- MARX E ENGELS**
- Obras escolhidas (3 volumes) cada .... Cz\$ 26,00
- Manifesto do Partido Comunista ..... Cz\$ 12,00
- A Comuna de Paris ..... Cz\$ 20,00
- Sindicalismo ..... Cz\$ 24,00
- MARX**
- Origem do Capital ..... Cz\$ 35,00
- Formações econômicas pré-capitalistas Cz\$ 26,50
- Trabalho assalariado e capital ..... Cz\$ 12,00
- Miséria da filosofia ..... Cz\$ 18,60
- ENGELS**
- Dialética da natureza ..... Cz\$ 51,00
- Anti-Dühring ..... Cz\$ 52,60
- Do socialismo utópico ao socialismo científico ..... Cz\$ 19,00
- Origem da família, da propriedade privada e do Estado ..... Cz\$ 49,00
- LÊNIN**
- O Estado e a Revolução ..... Cz\$ 38,00
- As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo ..... Cz\$ 20,00
- Esquerdismo, doença infantil do comunismo ..... Cz\$ 35,00
- Imperialismo, fase superior do capitalismo ..... Cz\$ 31,00
- STÁLIN**
- Problemas econômicos do socialismo .. Cz\$ 20,00
- Questões políticas ..... Cz\$ 23,00
- Materialismo dialético e materialismo histórico ..... Cz\$ 16,00

Pedidos com envio de cheque nominal no valor da compra para a Editora Anita Garibaldi, Av. Brig. Luís Antônio, 1511, CEP 01317, São Paulo, fone 251-2729.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



Legalidade permite ampla comunicação com a população

## Comunistas comemoram na legalidade 64º aniversário

No próximo dia 25 deste mês o Partido Comunista do Brasil comemora seu 64º aniversário. Dyneas Aguiar, da Comissão Executiva Nacional do PC do B, falou à Tribuna Operária sobre os planos dos comunistas na legalidade.

TO: O PC do B é legal. O que isto significa na sua forma de organização?

Dyneas: Nós sempre aplicamos o princípio de que a organização serve à política. A legalidade significa a possibilidade de nos dirigirmos abertamente à população com nossas propostas, difundir o nosso programa e fazer a defesa do socialismo como caminho para resolver os problemas do povo e da nação. Temos, nesta conjuntura, de aprimorar nossas formas de organização e métodos de trabalho para acolher os milhares de novos membros que se incorporam às fileiras partidárias.

A nossa estrutura é definida nos Estatutos. O fato novo é que as organizações de base se ramificam por toda parte e o número de seus membros cresce. Hoje temos organismos que ultrapassam a cem militantes. Suas reuniões são públicas, podendo ser assistidas por amigos e simpatizantes.

A legalidade permite acima de tudo o estreitamento e aprofundamento dos vínculos do Partido com o povo, em particular com o proletariado urbano e rural. A nossa presença nas entidades e organizações de massas se faz de forma ampla e unitária. O fato de que os militantes possam declarar abertamente sua filiação não significa que em cada momento estejam batendo no peito para afirmar sua condição de membro do PC do B, nem muito menos que venham a fazer discriminações a filiados de outros partidos ou à massa sem partido. Nesta atividade o ponto central é o interesse comum e a defesa dos direitos do povo e não a sua cor política

ideológica ou religiosa. Os vínculos dos comunistas com os trabalhadores se dão em torno de suas lutas e de seu trabalho no dia a dia.

TO: Como será comemorado o aniversário do PC do B este ano?

Dyneas: Será a primeira comemoração legal depois de 1947. Os atos que faremos em todo o país devem refletir não só a nova realidade do Partido mas igualmente o momento político por que passa a nação. Serão manifestações massivas, com a participação de dirigentes sindicais, lideranças de bairro e estudantes, personalidades e representantes de outras correntes políticas com as quais atuamos em conjunto. Tais comemorações servirão ainda como fator de uma arrancada na campanha eleitoral para a Assembléia Nacional Constituinte e as Assembléias Legislativas, com a apresentação dos primeiros candidatos comunistas.

TO: Como o Partido se prepara para participar da Constituinte?

Dyneas: Todos os órgãos partidários vêm discutindo a questão há algum tempo. Concorrer com nossa própria legenda depois de 38 anos de ilegalidade é um fator de entusiasmo dos militantes. Será uma campanha difícil. Mas o Partido se prepara apoiando-se principalmente nas suas ligações com as massas e nas suas células de base. Cada candidato formará o maior número de comitês eleitorais, que se apoiarão nas bases do Partido sem deixar de serem amplos, com a participação efetiva de todos aqueles que estão dispostos a colaborar e atuar em unidade.

A experiência das campanhas anteriores mostra que é essencial em nossa campanha a elaboração de bons programas eleitorais e que os mesmos sejam amplamente debatidos nos locais de trabalho, de moradia e de estudo. As idéias do Partido só ganham força quando assimiladas pelos militantes e pelas massas.

## Seminários sobre a Constituinte terão início dia 6 na Assembléia

Prosseguindo com os debates sobre "O movimento popular e a Constituinte", o Partido Comunista do Brasil promoverá, a partir do próximo dia 6 na Assembléia Legislativa de São Paulo, uma série de seminários em torno do tema. Conforme a professora Lilian Martins, uma das organizadoras do evento e candidata a deputada federal pelo PC do B, "esses debates contribuem pra introduzir uma abordagem nova da Constituinte. Até o momento as discussões giravam em torno de pontos muito genéricos e de problemas menores. Agora começamos a ver e debater sobre qual Constituição o movimento democrático e popular realmente necessita".

Lilian frisou que o fórum de debates, concluído no dia 14, "teve um conteúdo profundamente rico. Nele foram levantadas questões como os limites da propriedade privada numa Constituição progressista, o controle do capital estrangeiro, da remessa de lucro, a estrutura agrária, autonomia, liberdade e unidade sindical, entre outros".

"Isto, sem dúvida, representa uma fase nova na discussão da Consti-

tuinte, que interessa muito ao movimento popular", ressaltou. "A partir dessas discussões", continuou, "as frentes de massas mais importantes do Estado vão enfrentar essas questões do seu ponto de vista. É preciso levar o debate para os bairros, os sindicatos, as organizações das mulheres, dos negros etc".

A professora esclareceu que "os seminários terão por base propostas para cada um dos temas, elaborados pelo Centro de Estudos e Pesquisas Sociais (CEPS) a partir das palestras realizadas durante o fórum de debates. Essas propostas serão discutidas e, se assim for decidido, modificadas. O resultado final servirá de base ao programa dos candidatos comunistas". A programação dos seminários é a seguinte: dia 6 - Participação e direitos da mulher; dia 13 - Participação e direitos da juventude; dia 27 - Participação e direitos dos negros; dia 4 de maio - Movimento popular dos bairros; dia 11 de maio - Liberdade e autonomia sindical. Todos ocorrerão das 9 às 17 horas. O encerramento será às 10 horas do dia 18 de maio, com a apresentação das propostas finais.

# Haroldo Lima denuncia golpe contra partidos

Duas questões estão preocupando as forças democráticas no Congresso Nacional: a votação da Lei Orgânica dos Partidos, que o líder do PMDB na Câmara já falou em deixar para o segundo semestre; e a questão das coligações que, surpreendentemente, foi truncada no Diário Oficial, sob alegação de "erro" (!) da Mesa que dirigiu a votação na Câmara. Isso significa na prática um golpe contra a existência e atuação regular dos partidos até então clandestinos. O deputado federal Haroldo Lima, líder da bancada do PC do B na Câmara, falou à TO sobre o assunto.

Desde que foi instituída a legalidade dos partidos até então clandestinos, nós estamos enfrentando um problema delicado. Estabeleceu-se uma diferenciação entre partidos registrados e partidos habilitados. Registrados seriam aqueles que, legalizados de acordo com a velha Lei dos Partidos, anterior à reforma Constitucional de maio de 1985. Os habilitados são aqueles que haviam apresentado seus documentos ao Superior Tribunal Eleitoral mas que estavam na dependência da aprovação da nova Lei dos Partidos.

A partir de então passamos a viver uma situação de certa forma estranha: partidos "registrados" e partidos "habilitados" a concorrerem em determinadas eleições. Os partidos habilitados continuavam sujeitos a uma ameaça de sobrevivência. Nunca eram inteiramente legalizados. Os partidos registrados eram definidos como partidos normais, já definidos, existência perene no Brasil. Ao contrário dos partidos habilitados, que estão definidos como partidos credenciados para participar de certos pleitos e que deveriam ser legalizados depois.



Haroldo, líder da bancada do PC do B na Câmara Federal

O depois estava condicionado à aprovação da Lei dos Partidos Políticos. O fato de não se colocar em votação esta lei, em nossa opinião, estabelece uma discriminação em relação aos partidos que não estão plenamente registrados por força da atitude que o regime ditatorial teve quanto a eles. Em síntese, os partidos habilitados não são registrados porque a ditadura militar não permitiu que eles cumprissem os trâmites que ela estabeleceu como imprescindíveis para este fim.

### SITUAÇÃO ANÔMALA

Em decorrência, tivemos uma situação anômala, com uma diferenciação antidemocrática que mantém a discriminação de certas correntes políticas. Nossa reivindicação é que acabe essa diferenciação: que os partidos habilitados a concorrer às eleições de 1986 sejam considerados partidos legais, em igualdade de condições com os outros.

Não podemos aceitar que esses partidos, e o PC do B em particular, sejam postos na condicional podendo deixar de existir dependendo da aprovação de uma lei que nem sequer está em discussão. Existe o risco de que, depois de novembro, estes partidos estejam na ilegalidade. Por isso, a opinião da

bancada dos comunistas é que a Lei Orgânica dos Partidos deve ser discutida e votada a curto prazo. Pretendemos estabelecer de uma vez por todas a idéia de que o Partido Comunista do Brasil está registrado e não meramente habilitado a participar de uma eleição. Está registrado no cenário político nacional, como é seu direito e seu objetivo.

### COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA

Paralelamente a isto vem se travando também no Congresso outra batalha, em torno da coligação partidária. A grande questão em pauta é, na verdade, a da unidade. A bancada do PC do Brasil entende que a divisão só serviria aos adversários maiores das forças democráticas. Daí a importância da coligação.

Contudo, embora a votação que se fez no final do ano passado de uma lei simplificada dos Partidos Políticos tenha consagrado no plenário a coligação partidária como preceito democrático a ser levado à prática, na publicação do Diário Oficial houve a suspensão de um item que garantia o aumento do número de vagas para os partidos coligados. Nós, que participamos ativamente de toda a votação, estranhamos a publicação da legislação

feita no Diário Oficial.

Com nossa insistência em entender o que se passara entre a votação e a publicação da lei, acabamos descobrindo que houve aprovação de uma emenda que terminava por dificultar a coligação partidária, na medida em que não aumentava o número de vagas para o partidos coligados. Insistindo na questão, com forte argumento de que essa questão não fora discutida no plenário, fomos informados de que houve um "erro" (!) da mesa que deveria ser corrigido brevemente.

Em função disso, uma proposta de lei está sendo elaborada sob a direção do deputado João Gilberto, com nossa participação, para corrigir esse chamado "erro" na Mesa que, na prática, impede a coligação, no texto legal publicado no Diário Oficial. A expectativa que temos é de que em breve espaço de tempo a Câmara dos Deputados aprová um novo projeto de lei no qual toda coligação realizada terá direito ao dobro do número de vagas para candidato naquele Estado específico. Num Estado como São Paulo, por exemplo, que tem 60 deputados federais, a coligação deverá ter o dobro do número de vagas para candidatos. Enquanto cada partido sozinho teria, pela legislação antiga, 60 mais a metade do número de vagas, ou seja, 60 mais 30 o que daria 90 vagas, pela nova lei uma coligação teria o dobro de número de vagas: 60 mais 60, isto é, 120 no total.

Isso estabelece a possibilidade e a exequibilidade da coligação partidária, o que será uma conquista democrática de razoável importância.

Quem mais ganha com a coligação são as forças democráticas, reforçadas e com capacidade de atuar unidas contra os inimigos da democracia e da liberdade.

## Partido Comunista do Brasil inaugura sua sede nacional

No dia 17 de março foi instalada oficialmente a sede nacional do PC do Brasil na Bela Vista, em São Paulo. Na mesma ocasião foi inaugurado o Instituto Maurício Grabois, destinado ao estudo científico da vida brasileira à luz do marxismo-leninismo. Diversas personalidades democráticas estiveram presentes na cerimônia, que foi carregada de emoção.

O dirigente nacional do PC do B Dyneas Aguiar abriu o ato comendo a mesa com o representante do vice-governador Orestes Quercia, Ademar Fernandes, a delegada do Trabalho de São Paulo, Alda Marco Antônio; o historiador Edgard Carone, o advogado Luis Eduardo Greenhalgh, o representante da União dos Vereadores, Odilo Resende e o deputado Haroldo Lima. E anunciou um telefonema do governador Franco Montoro saudando o evento.

João Amazonas, presidente do PC do Brasil, destacou a significação especial da instalação da sede nacional de um partido que esteve sempre perseguido e que teve sua atuação marcada pela clandestinidade, muitas vezes severa. "Especial porque assinala um avanço da democracia no país". E prosseguiu João Amazonas: "Penso que a democracia surgiu desta vez no Brasil pra valer e é pra valer porque essa democracia não nasceu como dádiva do alto mas foi conquistada por milhões de brasileiros em praça pública. Instalando esta sede estamos convencidos de que a presença legal, legítima, autêntica do Partido será para um longo período da vida brasileira".



A mesa do ato de instalação da sede nacional do PC do B; Vitória Grabois desce a placa inaugurando o Instituto

Após a instalação da sede, João Amazonas chamou Vitória Grabois para descer a placa de fundação do Instituto Maurício Grabois. Visivelmente emocionado, ele relembrou o exemplo de Maurício, grande lutador da classe operária brasileira, morto na guerrilha do Araguaia.

A cerimônia programada para ser simples e rápida, acabou adquirindo grande peso com a presença de diversas personalidades, como o historiador Clóvis Moura e os deputados federais Haroldo Lima e Aurélio Peres, representantes dos sindicatos dos metalúrgicos, metaleiros, médicos, aeroviários, bancários do ABC, além de diretores e ativistas de entidades estudantis, populares e democráticas, compondo um momento vibrante.

O representante do vice-

governador Orestes Quercia relembrou ter assistido há 24 anos, antes do golpe militar, uma palestra de João Amazonas. E declarou: "Espero que esta luta levada por João Amazonas seja a luta deste povo e desta juventude. E quero pedir que o PC do B ajude o PMDB a fazer uma Assembléia Constituinte que combata os inimigos da democracia".

Luis Eduardo falou sobre o tempo em que defendia os comunistas nos cárceres da ditadura e nas auditorias. E finalizou citando o poeta Fernando Pessoa: "Acho que vale a pena. Tudo vale a pena se a alma não é pequena".

João Amazonas falou sobre o tempo em que defendia os comunistas nos cárceres da ditadura e nas auditorias. E finalizou citando o poeta Fernando Pessoa: "Acho que vale a pena. Tudo vale a pena se a alma não é pequena".

Enviaram telegramas saudando o evento os deputados Rubens Lara, Aldo Arantes e João Gilberto, o senador José Ignácio Ferreira, o secretário de Economia e Planejamento do Estado, Clóvis Grabois e o compositor Gonzaguinha. (Olívio Rangel)

**A CLASSE OPERÁRIA**

Hoje 115 anos surgindo do baticado do 1º governo dos operários a Comunidade de Paris

**Unidade a bandeira da esperança**

**Documentos do PC do B na "Classe"**

Saiu o n.º 8 do jornal *A Classe Operária*, contendo todos os documentos aprovados na reunião do PC do B em Brasília. O órgão central do partido aborda também o 64º aniversário do Partido Comunista do Brasil.

# Ameaças ao congelamento

Ao mesmo tempo em que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, admitia a possibilidade de acabar com o congelamento a partir de maio, o IBGE divulgou nota na semana passada informando que o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) será mesmo calculado tomando por base a flutuação dos preços do dia 1º ao último dia de cada mês.

São duas notícias que destoam completamente dos interesses populares. Os trabalhadores tomaram em suas mãos a tarefa de fazer valer o congelamento (ou zerar a inflação, como quer o governo) precisamente porque sentem e sabem que são as principais vítimas das altas dos preços.

## CONCESSÃO

A realidade dos últimos dias tem demonstrado que unicamente a severa fiscalização popular tornou possível o combate efetivo às remarcações. Os capitalistas, em geral, vêm opondo sérias resistências ao congelamento. As declarações do ministro da Fazenda, de que os preços poderão ser liberados, constituem evidente concessão às pressões exercidas por esses setores. Mas ele não deve esperar, neste caso, a concordância do povo, que continuará lutando não só para fazer valer o congelamento como ainda para baixar os níveis atuais dos preços das mercadorias, que estão indiscutivelmente altos.

Os salários só serão reajustados nos períodos de dissídio das diferentes categorias e à base obrigatória de 60% da evolução do IPC, dissídio este que só ocorre de 12 em 12 meses. É esta, pelo menos, a expectativa anunciada pelo governo. Trata-se, evidentemente, de dois pesos e duas medidas.

Já a mudança de critérios para o cálculo do IPC, que substituiu o IPCA para o reajuste dos salários, representa também uma nova subtração às remunerações dos assalariados. Um dos



O povo fiscaliza para evitar maior arrocho e não vai concordar com a liberação dos preços

problemas decorrentes da mudança de índice advém da data em que a inflação passará a ser divulgada, 12 dias depois do final das coletas. Em consequência, corre-se o risco de que os reajustes salariais tenham por base a inflação do mês anterior (ou, se for usada a mesma lógica aplicada pelo governo, de dois meses antes, já que, pelo raciocínio das autoridades econômicas, os trabalhadores sempre recebem com um mês de atraso e começam a consumir o salário de um determinado mês no mês seguinte).

A defasagem, de um ou de dois meses, também significa maiores perdas do poder de compra real dos trabalhadores. Quando a escala móvel de 20% for aplicada a inflação poderá estar, dependendo de seu ritmo e intensidade, em 30 ou 40%, acarretando rebaixas que não serão cobertas.

Essas alterações, portanto, não podem ser aceitas pelo movimento popular, que persistirá na luta pela melhoria do decreto econômico do governo.

## O boicote das múltis

O boicote de vários setores do capital ao congelamento de preços vem adquirindo proporções a cada dia mais alarmantes. Certamente o caso mais grave é o dos medicamentos, que já começaram a faltar nas farmácias. Teme-se que o setor entre em colapso em pouco tempo.

A responsabilidade pela crise que se esboça é toda da indústria farmacêutica, 98% controlada por grandes monopólios multinacionais. Insatisfeitos com as margens de lucro estabelecidas após o congelamento, tais monopólios aumentaram por conta própria entre 15 a 20% os preços dos remédios cobrados aos atacadistas e aos hospitais. No caso da rede hospitalar, que é abastecida diretamente pelos laboratórios, os pedidos não estão sendo atendidos e a carência de medicamentos está obrigando os

estabelecimentos a trocar produtos entre si para atender os pacientes. Nas farmácias, abastecidas pelos atacadistas, a escassez já chega a 30%.

Também já se nota a carência de óleo, massas, maioneses, queijos e outras mercadorias de consumo popular, em razão do boicote exercido pelos capitalistas. Na indústria de automotores, as montadoras mantêm uma acirrada disputa com os fabricantes de autopeças em torno dos preços das matérias-primas. Em todos os casos, trata-se de uma luta para decidir quem vai ficar com maiores fatias dos lucros, não importando aos competidores os prejuízos que isto vai acarretar à população. Cabe ao governo intervir de imediato nesses setores para garantir o congelamento dos preços e o abastecimento do mercado.

# Direita paulista lança a cartada Antônio Ermírio

O chefe do maior grupo empresarial do país, Antônio Ermírio de Moraes, anunciou na semana passada que é candidato ao governo do Estado de São Paulo. Com isso a sucessão paulista volta a uma fase crítica, mas não está demonstrado que a candidatura do industrial Antônio Ermírio tenha mais folêgo que a do banqueiro Olavo Setúbal, hoje fora do páreo.

A imprensa fez grande barulho com o lançamento do presidente do Grupo Votorantim. Especula-se com "um abalo" nas fileiras do PMDB. Paulo Maluf - outro postulante direitista, hoje com apoio do dirigente da CUT José de Fátima - comentou que "todo candidato é bem-vindo, ainda mais um candidato que racha o PMDB".

## O SUPORTE DA DIREITA

Na verdade, quem se envolveu de fato com a candidatura Ermírio é uma área muito restrita, conhecida por suas preferências reacionárias. Ela se resume a Roberto Gusmão, que nunca chegou a se incorporar de fato ao PMDB e deixou o Ministério da Indústria e Comércio, no mês passado, soltando farpas pela direita contra o governo, e ao deputado Cardoso Alves, rico fazendeiro que já nas eleições municipais de 1985 estava nitidamente comprometido com Jânio Quadros.

O suporte de Ermírio está fora do PMDB, na área da direita ligada ao prefeito Jânio Quadros e ao PFL de Olavo Setúbal. Esta ala já tentará "abalar" o PMDB com a candidatura de Setúbal, acionista majoritário do Banco Itaú. Apesar das promessas magníficas, a tentativa fez água em pouco tempo. A aliança com Jânio se revelou pouco consistente, devido à reduzida confiabilidade, ao personalismo e ambição do sr. Renúncia, com o agravante do desgaste do governo Jânio na capital. E o projeto Setúbal terminou por ir a pique, depois de uma rasteira de José Maria Marin muito chegado ao malufismo, derrotando a chapa do banqueiro na eleição para o Diretório Regional do PFL paulista.

Agora, com Antônio Ermírio, o mesmo setor faz nova tentativa de polarizar certos descontentes, apresentar um nome sem as marcas dos políticos tradicionais e arregimentar o apoio do empresariado. A manobra tem entretanto base política pouco consistente. E sai um pouco atrasada. É possível que não seja ainda o golpe principal. O clima político criado com o pacote econômico e com a mobilização pelo congelamento é adverso a tais investidas de cúpula, favorecendo as forças democráticas.

## ELOGIOS DE SUPLYCY

Antônio Ermírio de Moraes aparece como representante das forças



Foto: Jorge Araujo

Ermírio diz ter um apoio no PMDB que na realidade se reduz aos direitistas Gusmão (ao lado) e Cardoso Alves

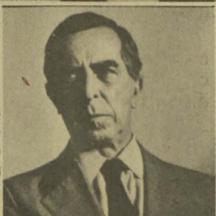


Foto: Cláudio Versiani

conservadoras, nas mãos das raposas do PTB e do que há de pior no PFL. Diz ter o apoio de José Sarney, mas o porta-voz da Presidência desmente. A direção nacional do PFL o apóia, mas como último cartucho e não como solução natural. Há dias, o sr. Aureliano Chaves levantava até a ideia de apoiar o candidato do PT em São Paulo, confessando mais tarde que seu objetivo, mesmo, é derrotar o PMDB... Sintomaticamente, o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, do PT, logo ao saber que o empresário do grupo Votorantim se candidatava lançou nota elogiando sua "larga experiência e conhecimentos nos mais variados campos". Não se sabe se se as bases do PT, em especial os trabalhadores, também admiram o charme do patrão.

Como candidato, Antônio Ermírio enfatiza que não sai por nenhum partido, mas como um nome que galvanizará o eleitorado. É um discurso populista, aliás muito usado por Jânio, de conteúdo no mínimo duvidoso. Numa democracia, é desejável e necessário que as diversas correntes de opinião se organizem em partidos para lutar por seus pontos de vista. Furtar-se a isso não conta pontos. Pelo contrário, sugere a vinculação com forças ocultas - uma suspeita altamente reforçada, no caso de Antônio Ermírio, pela companhia de Gusmão, Cardoso Alves, Delfim & Cia.

## Jarbas Vasconcelos retorna aos quadros do PMDB pernambucano

Jarbas Vasconcelos, antigo opositor ao regime militar e integrante do PMDB que elegeu-se prefeito de Recife, pela sigla do PSB, anunciou na semana passada seu ingresso ao PMDB. No dia 14 a direção pernambucana do partido reuniu-se com o prefeito da capital para convidá-lo ao "reencontro jurídico-formal, uma vez que politicamente os nossos caminhos sempre foram os mesmos". Jarbas deixou claro, mais uma vez,

que deixou o PMDB "num momento de tensão, depois de fazer uma ampla consulta a todos os segmentos que apoiavam minha candidatura à Prefeitura".

## FRENTE POPULAR

O retorno de Vasconcelos ao PMDB fortalece a candidatura do deputado federal Miguel Arraes ao governo de Pernambuco. "É natural que, reingressando no partido, vá me engajar em sua campanha", disse.

Jarbas Vasconcelos deixou o PMDB em julho de 1985, depois que um grupo do partido vetou a legenda para a sua candidatura a prefeito, privilegiando o deputado federal Sérgio Murielo. Reagindo a essa manobra direitista, foi formada a "Frente Popular do Recife", reunindo setores progressistas do PMDB, o PC do B e outras agremiações, e o candidato utilizou a sigla do PSB para concorrer ao pleito de novembro.

Na semana passada o prefeito de Recife foi à Brasília comunicar formalmente à direção nacional do PMDB seu ingresso na agremiação.



Jarbas Vasconcelos, de novo no PMDB

## Mário Maia abandona o PMDB para coligar-se com o PDS

O senador Mário Maia, do Acre, anunciou à imprensa na semana passada que abandonou o PMDB para ingressar na organização de Leonel Brizola, o PDT. O senador resolveu opor-se à Nova República porque não encontrou espaço dentro do PMDB para suas pretensões à sucessão de Nabor Júnior no governo do Estado. E a companhia que encontrou para engrossar sua campanha ao governo não é das melhores. Ele pretende coligar-se com o PDS (o partido dos generais), o PCB, o PFL, o PTB e o PT.

mesma do José de Fátima que apóia Maluf em São Paulo?), o PFL de Antônio Carlos Magalhães e o PTB de Jânio Quadros.

A decisão do senador de renunciar à sigla do PMDB não foi bem acolhida pelos setores democráticos e populares acreanos, que batalham pelo avanço da democracia no país, ao invés de se pautarem por interesses menores de grupos ou ambições pessoais na disputada sucessão estadual.

## Jânio deixa crianças de creches à míngua

Só mesmo uma mente degenerada pensaria em cortar a alimentação das crianças de creches municipais. Mas isto é o que ocorre em São Paulo, sob orientação do prefeito Jânio Quadros. Uma diretora de creche da Zona Sul diz que as crianças agora "só comem macarrão", porque o resto está faltando. Uma mãe comenta: "Jânio está cometendo um crime contra as crianças".

As creches municipais de São Paulo atendem cerca de 52 mil crianças de 0 a 6 anos - o que representa apenas 6% das necessidades - e estão nas zonas mais carentes da capital. Foi através de uma longa luta das mães de periferia que foram construídas mais de 200 creches nos últimos cinco anos. Com a posse de Jânio o atendimento a essas crianças está ameaçado. Segundo a ex-secretária da Família e Bem-Estar Social, Marta Terezinha Godinho, as creches estão "em vias de colapso". E explica: "Faltam alimentos para as crianças, material didático e até produtos básicos de limpeza".

Com o clima de repressão reinante atualmente nos órgãos públicos municipais, poucos funcionários se arriscam a fazer denúncias públicas. Na semana passada as mães da Creche Municipal Cidade Líder, em Itaquera (Zona Leste) relataram que o fornecimento de alimentos a seus filhos havia diminuído neste ano, não sendo suficiente para suprir suas necessidades. Uma mãe com três filhos na creche dizia que "a situação não está pior porque os funcionários e o diretor estão colocando dinheiro do bolso para comprar comida".



Foto: Maruete Mateos

O prefeito tirou parte da comida destas crianças da Creche Municipal Cidade Líder

A diretora da Creche Municipal do Jardim Mitsutani, em Campo Limpo (Zona Sul), Amélia Watanabe Falsetti, confirmou a falta de comida, material de limpeza, medicamentos, material didático e até papel higiênico. Ela também afirmou que a Secretaria Municipal de Educação não mais permite que os funcionários das creches municipais façam reuniões com as mães. Na administração anterior estas reuniões eram feitas semanalmente.

## SE DENUNCIAR É PUNIDO

A diretora, que poderá ser punida por trazer a público a situação de penúria nas creches, mostrou que também o atendimento médico foi restringido. Amélia explica: "Temos aqui muitos problemas de desnutrição e verminoses que antes eram encaminhados, via Fabes, aos hospitais ou ao Instituto Adolfo Lutz para análise. Mas desde fevereiro estas crianças não

são mais atendidas. Quando alguém se machuca, temos de pagar do próprio bolso o transporte ao hospital, já que nem os passes para ônibus são distribuídos".

O Jardim Robru é um dos bairros mais pobres da Zona Leste. Na Creche Municipal Robru I estão matriculadas 46 crianças. Segundo uma funcionária que não quis se identificar temendo represálias, "tem família que põe os filhos nas creches porque em casa não tem nada de comer para dar a eles". Cerca de 30 mães do Robru estiveram recentemente no Centro de Defesa da Cidade, na Câmara Municipal, denunciando a falta de comida na creche.

## A ORDEM É COMER POUCO

Esta funcionária da Creche Robru I relata como está a situação: "Antes podíamos dar meia maçã para cada criança, agora apenas um terço de maçã. A banana foi reduzida de uma para meia e se a criança quiser mais não

pode repetir. A sopa também não se pode repetir. Antes era servido carne todos os dias. Agora só na terça e quarta-feira. No restante é ovo. Salsicha só tem duas vezes por mês. Antes vinham quatro galões de leite, reduzidos agora para dois. Também tiraram a gelatina e o cural".

A situação só não é mais caótica porque os funcionários tiram dinheiro do bolso para que as crianças não fiquem sem comer. A funcionária do Robru conta que fizeram uma "vaquinha" de Cz\$ 64 para comprar óleo. Uma faxineira da creche do Jardim Mitsutani, irônica, diz: "Desde que o homem da vassoura entrou, a gente não tem mais vassoura para varrer o chão".

O secretário municipal de Educação e Bem-Estar Social, Paulo Zingg, ao ser indagado sobre estas denúncias, comentou sarcástico: "É tudo mentira. Mas as mães estão denunciando, refutaram a ele. E sua resposta: 'Existe mãe pra tudo, não é mesmo?'"

## LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

## Um combate de 64 anos

"O proletariado não dispõe, na sua luta pelo poder, de outra arma que não seja a organização. Desunido pelo império da anárquica rivalidade dentro do mundo burguês, esmagado pelos trabalhos forçados ao serviço do capital, lançado continuamente ao abismo da miséria mais completa, do embrutecimento e da degeneração, o proletariado só pode tornar-se, e tornar-se-á inevitavelmente, uma força invencível sempre e quando a sua união ideológica, baseada nos princípios do marxismo, se imponha mediante a unidade material da organização, a qual aglutina milhões de trabalhadores no exército da classe operária".

## CAMPANHA BURGUESA

Ao fazer esta afirmação, em 1904, Lênin encabeçava uma batalha de vida ou morte contra os oportunistas que tratavam de solapar a construção do partido revolucionário da classe operária na Rússia.

Em nosso país também, desde 25 de março de 1922, há 64 anos portanto, que o Partido Comunista do Brasil vem enfrentando sucessivas arremetidas da burguesia - seja através da repressão policial, seja através da corrupção de elementos dentro de suas próprias fileiras - contra a organização do proletariado baseada nos princípios do marxismo.

Particularmente em nossos dias, com a conquista da legalidade, desenvolve-se uma campanha orquestrada visando debilitar a disciplina e estrutura dos comunistas.

## NORMAS FUNDAMENTAIS

Existe uma enorme pressão para fazer o partido abandonar a norma fundamental de que cada membro deve obrigatoriamente militar em um organismo. Com ares de coisa nova, escuta-se de vez em quando que um "partido de massas não pode ser tão rígido". É o canto da sereia dos reformistas em cuja organização o ingresso é uma simples filiação, ficando o novo "militante" apenas com o título formal de comunista. Este tipo de agrupamento frouxo, só tem utilidade nas épocas eleitorais, onde as pessoas que estão vinculadas a tal ou qual agremiação são chamadas a votar nos seus candidatos. No partido da revolução, da luta de classe, Lênin insistia que deve-se acolher "aqueles elementos que admitam, pelo menos, um mínimo de organização". Só assim é possível contar com uma arma afiada, um destacamento de combate. As campanhas amplas de filiação não constituem um fim em si mesmo mas apenas parte de um movimento que necessariamente deve ter continuidade na organização dos milhares de trabalhadores que ocorrem ao seu partido em células de base nos locais de trabalho ou de moradia.

Outra tentativa reformista é no sentido de enfraquecer a vida partidária. Em vez de um funcionamento ativo, em que todos os organismos e militantes debatem entusiasticamente a realidade e as diretivas, para aplicar de forma criadora e com iniciativas próprias a política do partido, pretende-se implantar o regime das ordens gerais, burocráticas, sem controle da aplicação e sem conquistar o coletivo partidário para sua execução. Também em relação a isto Lênin insistia: "O partido deve saber estabelecer relações de organização que assegurem determinado nível de consciência e elevem sistematicamente este nível".

## VELHAS "NOVIDADES"

Por não cair nestas e noutras armadilhas, por esforçar-se permanentemente para manter sua pureza ideológica, por não acomodar-se diante das pretensas "novidades" - que não passam de velhas idéias burguesas com pintura retocada - é que o PC do B se mantém como organização de vanguarda do proletariado no Brasil há 64 anos. (Rogério Lustosa)

## DE OLHO NO LANCE

## PT light no ar

O PT levou ao ar o seu programa nacional - na TV e no rádio - no último dia 18. Como já tinha acontecido na campanha para as eleições municipais no ano passado, predominou a linha moderada, "diferente de tudo", o PT light como está sendo chamado. Nada de greve geral, nada do radicalismo verbal encenado logo após a publicação do pacote de Sarney. O próprio Lula se mostrou muito domesticado e ainda jogou farpas contra seu ex-quase aliado preferencial, Leonel Brizola: "O PT não pretende montar cangaço no governo, como muita gente está fazendo". Quem diria!

Mas embora disfarçasse bastante, insinuando que "o pacote, ora bolas, têm coisas mais importantes", ficou evidente que em relação às medidas adotadas pelo governo, os petistas não sabem o que dizem. Nem contra nem a favor, muito antes pelo contrário. Ficaram na defensiva. De proposta mesmo, nada. Em relação às diretas já, nem uma palavra - iam começar os comícios quando Lula voltasse da viagem a Cuba, mas parece que esqueceram. No fim, tudo muito artificial, razoavelmente bem embrulhado, mas sem respostas para as ansiedades dos trabalhadores. É o resultado da linha do "socialismo" no dia a dia, sem uma perspectiva de transformações em profundidade da sociedade.

Após 140 anos de sua publicação na Alemanha, finalmente é editado no Brasil *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels. Trata-se de uma das primeiras obras marxistas, um clássico escrito quando seu autor tinha apenas 24 anos e preocupava-se em redigir "um auto de acusação contra a burguesia inglesa".

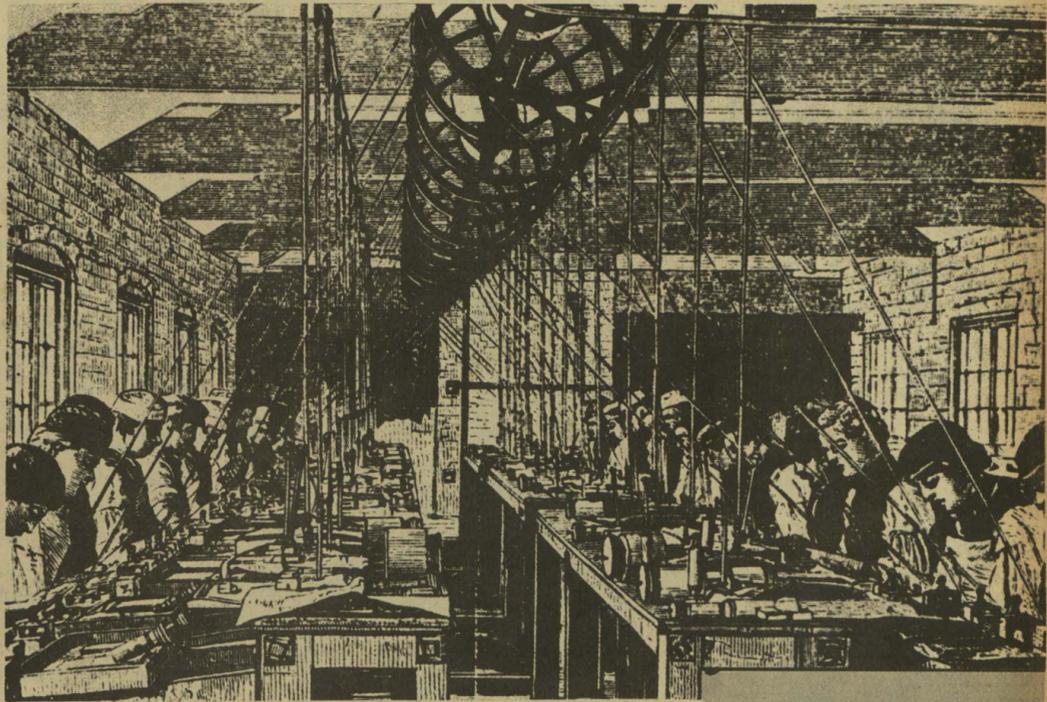
O próprio Engels, ao referir-se a essa obra quase 50 anos após a sua publicação, afirmou que o livro trazia "a marca da juventude do autor", no que contém de bom e de mau. E arrematou: "ao reler este trabalho, penso que não tenho a menor razão para me sentir envergonhado dele". Ele fazia notar, porém, "que o ponto de vista teórico geral deste livro - no plano filosófico, econômico e político - não coincide exatamente com a minha posição atual. Em 1844 (quando a obra foi elaborada) não existia esse socialismo internacional moderno, do qual, sobretudo e quase exclusivamente, os trabalhos de Marx deviam fazer uma verdadeira ciência. O meu livro apresenta apenas uma das fases do seu desenvolvimento embrionário". Aliás, Marx, ao redigir *O Capital*, utilizou este trabalho juvenil de Engels.

Franz Mehring, socialista alemão companheiro de Marx e Engels e depois um dos fundadores da Internacional Comunista (juntamente com Lênin), referiu-se desta maneira a esse escrito de Engels: "O mais assombroso, e ao mesmo tempo o mais importante que havia nele, era a agudez e o certo golpe de vista com que o autor, que não contava mais que 24 anos, captava o espírito do regime capitalista de produção e acertava ao deduzir dele não só o auge mas também a crise da burguesia, não só a miséria, mas também a salvação do proletariado. A medula da obra estava em demonstrar que a grande indústria criava a classe operária moderna, fazendo dela uma raça humanamente degradada, condenada intelectual e moralmente à animalidade e fisicamente espoliada, ao tempo que demonstrava como esta classe moderna, pelo império de uma dialética histórica cujas leis se põem ao descoberto em detalhe, conduzia e necessariamente tinha que conduzir, mediante seu desenvolvimento, à derrocada do poder que a criava. Na fusão do movimento operário com o socialismo, via esta obra o triunfo do proletariado na Inglaterra. Só quem havia assimilado em seu sangue e em sua carne a dialética hegeliana, tirando-a da cabeça para fazê-la andar, podia ser capaz de escrever uma obra como aquela. Seu autor conseguiu o que se propunha: fazer de seu livro uma fundamentação socialista".

## O proletariado em luta se ajudará a si mesmo

Também Vladimir Lênin, o dirigente da Revolução de Outubro, tinha em alta conta esta obra. Ele salientava que o mérito principal de Engels, nela, era demonstrar que o proletariado era a força social interessada na realização do socialismo, e enfatizava: "Engels foi o primeiro em afirmar que o proletariado não é só uma classe que sofre, mas que a vergonhosa situação econômica em que se encontra o impulsiona incontestavelmente para adiante e o obriga a lutar por sua emancipação definitiva. E o proletariado em luta se ajudará a si mesmo. O movimento político da classe operária levará inelutavelmente os trabalhadores a dar-se conta de que não lhes resta outra saída que o socialismo. A sua vez, este só será uma força quando se converter no objetivo da luta política da classe operária. Estas são as idéias fundamentais do livro de Engels sobre a situação da classe operária na Inglaterra, idéias que todo proletariado que pensa e luta há feito suas, porém que então eram completamente novas. Foram expostas num livro cativante em que se descreve do modo mais fidedigno e patético as penúrias que sofria o proletariado inglês. A obra constituía uma terrível acusação contra o capitalismo e a burguesia. A impressão que produziu foi muito grande. Em todas as partes começaram a citar a obra como o quadro que melhor representava a situação do proletariado contemporâneo. E com efeito, nem antes de 1845, nem depois, apareceu uma descrição tão brilhante e veraz dos padecimentos da classe operária".

O levantamento que Engels faz sobre a classe operária é dos mais completos. Ele alerta: "O conheci-



Engels, ao lado, com 24 anos, estudou minuciosamente a brutal exploração dos trabalhadores sob o jugo do capital na Inglaterra (acima)

mento das condições de vida do proletariado é uma necessidade absoluta se quisermos assegurar uma base sólida às teorias socialistas bem como aos juizes sobre a sua legitimidade, acabar com todos os sonhos e fantasias pró e contra". E informa: "Durante vinte um meses, tive ocasião de conhecer o proletariado inglês, estudar de perto os seus esforços, os seus sofrimentos e alegrias, convivendo com ele ao mesmo tempo que completava estas observações utilizando as fontes autênticas indispensáveis. Utilizei nesta obra o que vi, ouvi e li".

## Qualquer nordestino se vê retratado no texto de Engels

O jovem alemão faz observações, ao longo das 391 páginas de seu livro, sobre a origem da classe operária e da classe capitalista, sobre as condições de moradia, saúde, trabalho e cultura dos proletários; a concorrência que os operários travam entre si por uma vaga na indústria, a concorrência entre os trabalhadores e máquinas, a concorrência dos burgueses pelos mercados e por mão de obra barata; a brutal exploração de que os assalariados (homens, mulheres e crianças) são vítimas e sua luta por uma vida melhor. Tudo permeado por brilhantes deduções que ainda hoje não perdem a atualidade. Que nordestino ou interiorano que vem para São Paulo ou Rio de Janeiro em busca de trabalho não vivencia situações como esta que Engels descreve em 1844:

"A maneira como a sociedade atual trata os pobres é verdadeiramente revoltante. Atraem-nos para as grandes cidades, onde respiram uma atmosfera muito pior do que na terra natal. Designam-lhes bairros cuja construção torna o arejamento muito mais difícil que em qualquer outro local. Retira-lhes todos os meios de permanecer limpos, privam-nos de água, só lhes instalando água corrente contra pagamento e poluindo de tal modo os cursos de água que ninguém pode se lavar neles; constroem-nos a jogar na rua todos os detritos e gorduras, todas as águas sujas e até, muitas vezes, todas as imundícies e excrementos nauseabundos, privando-os de qualquer outro modo de se desfazerem deles; e deste modo são obrigados a empestear os seus próprios bairros. Mas ainda não é tudo. Acumulam sobre eles todos os males possíveis e imaginários. Se em geral a população das cidades já é demasiado densa, é a eles sobretudo que forçam a concentrarem-se num pequeno espaço. Não contentes por terem empesteados a atmosfera da rua, fecham-nos às dezenas numa sala, de tal modo que o ar que respiram de noite é asfixiante. Dão-lhes alojamentos úmidos, porões cujo solo mina água ou mansardas cujo teto goteja. Constróem-lhes casas onde o ar viciado não pode circular. Dão-lhes roupas esfarrapadas, alimentos adulterados ou indigestos. Expõem-nos às mais vivas emoções, às mais violentas alternativas de medo e de esperança; perseguem-nos como caça, nunca nos deixando descansar, não os deixando gozar uma existência tranquila. Privam-nos de todo o prazer, exceto o prazer sexual e a bebida, mas em contrapartida fazem-nos trabalhar diariamente até o esgotamento total das

suas forças físicas e morais levando-os para os piores excessos nos dois únicos prazeres que lhes restam. E se isto não basta, se resistirem a tudo isto, são vítimas de uma crise que os transforma em desempregado e que lhes retira o pouco que até então lhes tinham deixado".

Qualquer semelhança entre esse panorama de meados do século passado, e a realidade deste final de século é mais do que mera coincidência: é a lógica brutal da exploração capitalista!

Dissecando as condições inumanas em que os operários trabalham, Engels mostra também a resistência das massas laboriosas contra a opressão, e desvenda o arbítrio da justiça burguesa: "Se um rico é apreendido ao juiz, ou melhor, citado em tribunal, o juiz lamenta ter-lhe causado tantos aborrecimentos, julga o caso a seu favor na medida do possível e, se é obrigado a condená-lo, fica muito desolado etc; quanto ao resultado é uma multa miserável que o burguês paga atirando o dinheiro para cima da mesa com condescendência, antes de sair do local. Mas se é um pobre diabo que comparece diante do juiz de paz, tem quase sempre de passar a noite na prisão com uma multidão de outros detidos e, a priori, considerado culpado e severamente interpelado, a sua defesa é varrida com um desdenho: 'Oh! conhecemos essas belas desculpas', e aplicam-lhe uma multa que não pode pagar e que terá de expiar na prisão, fazendo trabalhos forçados durante um ou vários meses. (...) E quanto à polícia, ela comporta-se como os juizes de paz. O burguês pode fazer o que quiser, o policial será sempre educado com ele e agirá rigorosamente conforme a lei! Mas o proletariado é alvo de tratamentos brutais e grosseiros, a sua pobreza torna-o, a priori, suspeito de todos os delitos imagináveis, ao mesmo tempo que lhe interdita os meios jurídicos de se defender contra a arbitrariedade dos detentores do poder". Quanta atualidade!

## Avanço das idéias e da organização da classe operária

Engels analisa as várias etapas como se manifesta a revolta dos operários contra a burguesia. "A primeira forma, a mais brutal e a mais estéril, que esta revolta assumiu foi o crime. (...) Mas em breve os operários tiveram de constatar a ineficácia deste método. Com os seus roubos, os delinquentes não podiam protestar contra a sociedade senão isoladamente, individualmente; todo o poderio da sociedade caía sobre o criminoso e esmagava-o com sua enorme superioridade. Além disso, o roubo era a forma menos evoluída e consciente de protesto e, por essa simples razão, nunca foi a expressão geral da opinião pública dos operários, mesmo que eles a aprovassem tacitamente. A classe operária começou a se opor à burguesia quando resistiu violentamente à introdução das máquinas, como aconteceu logo no início do movimento industrial. (...) Esta forma de oposição, também ela, não existia senão isolada, limitada a certas localidades e não visava senão um só aspecto do regime atual. O autor mostra então o avanço da consciência operária ao surgimento sindical"



tos e o salto qualitativo da classe operária quando esta passa a almejar a tomada do poder, participando do movimento político.

No prefácio à edição norte-americana de 1887 de seu livro, Engels observa: "Nos países europeus foram necessários muitos e muitos anos à classe dos trabalhadores para compreender plenamente que formavam uma classe distinta e, nas condições existentes, uma classe permanente da sociedade moderna. E foram necessários muitos anos ainda para que a consciência de classe a levasse a constituir-se em partido político distinto, independente e inimigo de todos os antigos partidos políticos formados pelas diversas frações da classe dominante".

O desenvolvimento da luta proletária não parou aí. Armada de seu partido político, a classe operária dirigiu a revolução e, com o poder do Estado em suas mãos, passou a construir o socialismo. Foi o que ocorreu na Rússia em 1917 e em outros países europeus no final da Segunda Guerra Mundial. Infelizmente a experiência foi abortada pela retomada do poder pelos representantes dos capitalistas nesses países - os revisionistas, com os soviéticos à frente. Mas na Albânia os operários mantêm em suas mãos o poder e constróem exitosamente o socialismo. Para eles, a situação descrita em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* é o registro do passado. Contudo para nós, brasileiros, o livro de Engels é ainda de uma atualidade cruel. Uma obra que merece ser lida, estudada, meditada pelos operários e por todos aqueles que se interessam pelo progresso da humanidade. Trata-se de uma situação que carece de ser varrida do mundo: a exploração do homem pelo homem. Eis como Engels conclui seu livro:

"O abismo que separa as classes cava-se cada vez mais nos operários, a exasperação torna-se mais viva, as escaramuças isoladas da guerrilha concentram-se para se transformar em combates e em manifestações mais importantes, e bastará, em breve, um ligeiro choque para desencadear a avalanche. Então, um verdadeiro grito de guerra ecoará em todo o país: Guerra aos palácios, paz nos casebres!, mas então será muito tarde para que os ricos se possam ainda defender". (Carlos Pompe)

*A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Friedrich Engels, Global Editora, pode ser solicitada através da Agência Gráfica e Editora, Av. Amândio, 1511 - CEP-01317, com o envio de cheque nominal no valor de Cr\$ 130,00.

# Conclat discute proposta de um sindicalismo mais combativo

Nos últimos anos, com o avanço das lutas dos trabalhadores, ganhou força no país a exigência de profundas mudanças na legislação sindical em vigor. E agora, com a realização da Constituinte, abre-se uma oportunidade real para o sindicalismo brasileiro ver concretizado seu velho sonho de enterrar de vez a estrutura corporativista e atrelada ao Estado, que só emperra o desenvolvimento da luta de classes.

O Conclat de Praia Grande, neste final de semana, tem um papel de destaque a cumprir nesse sentido. Nele deverá ser formulada uma proposta básica de nova estrutura sindical, democrática e autônoma, além de ser definido como a futura CGT lutará para alcançar esse objetivo.

A experiência histórica já demonstrou que não é fácil demolir a estrutura sindical montada por Getúlio Vargas e que se encontra sistematizada no famoso Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ela é perene, dura há quase meio século, conseguiu permanecer intacta enquanto a Constituição do país mudava três vezes e várias formas de governo se sucediam. Mesmo nos períodos anteriores de democratização, ela não foi modificada na sua essência antisindical.

Agora, no entanto, existem condições concretas para mudá-la. Nos duros anos do regime militar, formou-se um forte consenso das forças progressistas de que a legislação sindical existente é antidemocrática, é um monstro de feições fascista. Nas próprias classes dominantes se nota o interesse de modernizá-la, moldando-a ao novo momento político do país para institucionalizar o conflito entre capital e trabalho.

O governo da Nova República, inclusive, já tomou algumas iniciativas nesse sentido. Logo no início de sua gestão, o ministro do Trabalho anistiu todos os dirigentes cassados com base nessa legislação (despacho de 18 de março de 85); revogou o item que proíbe o funcionamento das centrais sindicais (portaria 3.100 de 25 de março de 85); e mudou em parte a legislação que disciplinava o processo eleitoral nos sindicatos (portaria 3.117 de 28 de março do mesmo ano).

Mas estas iniciativas são tímidas. Não consta do projeto da burguesia conceder a completa liberdade sindical. Ela teme que isso impulse a luta dos trabalhadores e coloque em xeque o seu próprio poder político. Nesse sentido, cabe principalmente aos trabalhadores e ao sindicalismo formularem a nova proposta de estrutura sindical e lutarem por sua concretização. Uma estrutura democrática, autônoma, que sirva para tornar os sindicatos autênticos instrumentos de luta e de organização das massas assalariadas.

Esta é uma oportunidade de ouro para realizar esse projeto. O movimento sindical e as forças progressistas não podem cometer o mesmo erro do passado, quando sua ação prática superou os limites da CLT e as ilusões reformistas amoteceram a luta por sua completa destruição.



Sindicalismo reivindica o desatrelamento do Estado para evitar as arbitrarias intervenções, uma rotina durante o regime militar

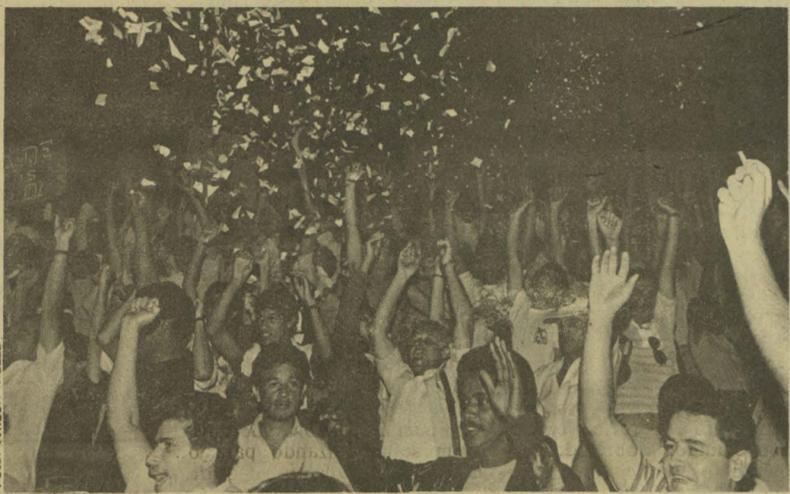
Mas, afinal, o que é necessário mudar na legislação sindical? Simplesmente dizer que é preciso extinguir o Título V da CLT não é mais suficiente (ver quadro abaixo). Agora é preciso apresentar um novo modelo, fruto do debate intenso entre os maiores interessados no avanço do sindicalismo.

Essa proposta de nova estrutura já conta com alguns pontos consensuais. Um primeiro é que é preciso pôr fim à tutela dos sindicatos pelo Estado. Estes devem ser livres e autônomos. Quem deve determinar suas funções e controlar suas atividades são os trabalhadores.

As normas eleitorais, a função dos diretores sindicais, as formas de sustentação financeira e da aplicação dos recursos, as atividades assistenciais e recreativas etc., devem ser aprovadas pelos trabalhadores em assembleias soberanas. Estes itens farão parte dos novos estatutos que expressarão o anseio e o nível de organização das bases. Quanto ao enquadramento sindical, este deverá ser fixado pelo conjunto dos sindicatos através de órgão unitário a ser criado.

Outro ponto em que há unidade: pôr fim à estrutura vertical do sindicalismo. A atual estrutura sindical não tem pé nem cabeça. Ela não prevê nenhuma forma de organização no interior das empresas e proíbe a unificação dos trabalhadores através da formação de uma central nacional. A nova estrutura e a futura Constituição devem garantir a existência das comissões de fábricas, das delegacias sindicais, e permitir que os sindicatos se articulem horizontalmente, forjando sua unidade.

A questão da unidade é outro item importante da nova estrutura. Frente à



Autonomia para impulsionar as lutas sindicais

ofensiva da burguesia e dos seus agentes no sentido de dividir o movimento sindical nacional, os trabalhadores devem lutar por uma legislação sindical que assegure a existência de sindicato único e por categoria.

Por último, há o problema da sustentação financeira das entidades que gera um controvertido debate - principalmente no tocante ao destino da Contribuição Sindical. É indiscutível que este imposto, inaugurado na década de 40, gerou inúmeros vícios no sindicalismo. Ele desenraizou os sindicatos de suas bases, já que estes deixaram de depender exclusivamente da contribuição voluntária dos sócios; incentivou basicamente ao assistencialismo, contribuindo para descaracterizar o papel de luta dos sindicatos; desestimulou a sin-

dicalização; e serviu para alimentar as mordomias e a corrupção de inúmeros pelegos.

No entanto, apesar de todos os males causados, fica a pergunta: extingui-los sumariamente não representaria a falência de milhares de sindicatos no país? Esta indagação merece um debate mais aprofundado. Mas enquanto ele é feito, outras medidas já podem ser tomadas. A primeira é tirar esse dinheiro do controle do Estado. Quem deve decidir onde será aplicado são os trabalhadores em assembleia.

Ao mesmo tempo, o sindicalismo deve tomar iniciativas no sentido de procurar formas de sustentação financeira que independam da contribuição compulsória.

## As restrições fascistas da CLT

Através do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho e de outras leis complementares, o movimento sindical é totalmente controlado pelo Estado. Conforme tão bem definiu o próprio Oliveira Viana, teórico maior da CLT, a atual legislação obriga o sindicato "a gravitar em torno do Ministério do Trabalho. Nele nascerão, com ele crescerão, ao lado dele se desenvolverão, e nele se extinguirão". São inúmeras as restrições fascistas previstas nesse conjunto de leis. Entre elas se destacam as seguintes:

- As entidades sindicais são consideradas órgãos auxiliares do Estado. Devem servir para "colaborar com os poderes públicos" e para "promover a conciliação nos dissídios coletivos";
- Elas só podem representar os interesses de suas categorias depois de obterem a Carta de Reconhecimento Sindical do Ministério do Trabalho. Para isso precisam elaborar seus estatutos com base no modelo-padrão da legislação. Mesmo assim, o ministro pode vetar ou adiar o registro;
- Quem delimita as categorias e as bases territoriais de cada sindicato, federação ou confederação é o Ministério do Trabalho, através do plano de Enquadramento Sindical. Com isso, pode fragmentar a base de uma categoria, criando vários sindicatos num mesmo local - como ocorre entre os trabalhadores do porto, onde existem mais de 10 entidades;
- As eleições sindicais são regulamentadas por portaria do Ministério do Trabalho. O ministro tem o poder de

veto sobre qualquer candidato e de cassar o mandato de dirigente sindical eleito que "pública e ostensivamente, por atos ou palavras, defenda os princípios ideológicos de partido político cujo registro tenha sido cassado". As mesas eleitorais são dirigidas por pessoas designadas pelo Ministério do Trabalho;

- A CLT prevê determinadas normas para realização de assembleias sindicais, principalmente aquelas convocadas para decretação de greve. O Ministério do Trabalho pode anular qualquer decisão da diretoria ou da assembleia geral de trabalhadores;
- Os recursos financeiros do sindicato são rigidamente controlados pelas Comissões de Auditoria do Ministério do Trabalho, que têm a função de fiscalizar constantemente as contas sindicais. A verba proveniente da Contribuição Sindical (que até 1966 era chamada de Imposto Sindical) deve ser aplicada obrigatoriamente em atividades assistenciais e recreativas. Ela é distribuída e controlada pelo governo;
- Os funcionários públicos são proibidos de constituir sindicato;
- A CLT não prevê nenhuma forma de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho; proíbe a formação de centrais sindicais;

O dirigente sindical que se afastar dessas normas cria obstáculos à execução da política econômica adotada pelo governo, pode sofrer penalidades do Ministério do Trabalho. Estas variam da cassação temporária até o fechamento do sindicato.

## PONTO DE VISTA SINDICAL



Ronald Freitas

## Empunhar a bandeira da unidade

Instalam-se os trabalhos do II Conclat num clima de entusiasmo e de grandes esperanças de que esse Congresso seja um momento de vitória e de unidade do sindicalismo brasileiro. Longo foi o caminho percorrido até aqui, e muitos fatores intervieram para esse desfecho.

A implantação no país de um clima de liberdades políticas, condizente com a dinamização atual da militância sindical; a determinação obsessiva por parte do PT e de outros setores de dividir o movimento; o anseio generalizado nas bases sindicais de ter uma central sindical ampla, unitária e participativa; e a pressão das bases contra a letargia de certos círculos dirigentes do movimento, estão entre os fatores determinantes da realização e, sem dúvida, do êxito desse Congresso.

Condições para isso não faltam. Pela pauta a ser desenvolvida, pela seriedade dos trabalhos preparatórios realizados, tem o Congresso condições de dar uma grande contribuição à luta sindical e popular no país.

Ao se decidir por reconstruir a CGT, o Congresso busca não só resgatar a história do nosso movimento, mas principalmente lançar as bases de reconstrução da unidade sindical, nos termos da existência de uma central unitária, ampla, democrática e de combate.

O Congresso se realiza num momento de intensa mobilização popular pelo congelamento dos preços e contra a inflação. É uma luta de grande importância e é um indicador da disposição de nosso povo de defender seus direitos e batalhar por uma vida melhor. Captar o significado dessa luta e nela inserir-se é um desafio que deve ser enfrentado no debate e traduzido em tarefas concretas.

O momento que vivemos, de intensas mobilizações e de reanimação da vida pública, é extremamente favorável às ações unitárias entre os vários setores populares. O Congresso poderá vir a ser um importante instrumento de aproximação e unificação do movimento sindical com outros setores mudancistas, propiciando a construção de uma sólida unidade entre ele e o povo. Caminhando juntos para a conquista da verdadeira liberdade, independência nacional e progresso social.

A busca da unidade deve ser a bússola orientadora desse Congresso. Unidade interna do movimento, subordinando os interesses particulares ou de grupos aos interesses maiores do sindicalismo. Unidade externa ao movimento, na busca da construção de uma sólida união do povo, capaz de ser um fator aglutinador da luta popular em nosso país.

Por tudo isso, confiamos num II Conclat unitário e exitoso. Que transcorra sob o signo da Unidade, da Liberdade e da Bandeira da Esperança.



Irrestrito direito de greve: uma exigência operária a ser inscrita na Constituição

# RUMO À CGT



A maioria dos delegados aprova em votação ingresso na nova central

## Metroviários decidem fortalecer nova central

O Sindicato dos Metroviários de São Paulo, uma das entidades mais respeitadas e combativas do sindicalismo brasileiro acaba de decidir em seu I Congresso apoio efetivo e participação na Central Geral dos Trabalhadores a ser criada neste fim de semana. A decisão foi tomada democraticamente por cerca de dois terços dos delegados ao Congresso.

O Congresso realizado nos dias 14, 15 e 16 de março em Nazaré Paulista, contou com a participação de 250 delegados, representando os 6 mil trabalhadores da Companhia Metropolitana de São Paulo.

Segundo Cláudio Spicciati Barbosa, presidente do Sindicato, "o congresso foi extremamente positivo. Tomou posições importantes para a categoria e para o conjunto dos trabalhadores. Fez uma intransigente defesa da unicidade do movimento sindical, rejeitando por ampla maioria a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que defende o plurisindicalismo".

### APOIO À CGT

Cerca de 70% do plenário decidiram-se pelo apoio e participação na Central Geral dos Trabalhadores que será criada na Praia Grande neste fim de semana. "Nos filiaremos à CGT assim que ela for criada", afirmou Cláudio, "porque uma central sindical não deve estar a serviço de um partido. Não podemos pedir atestado ideológico para filiação na central. É importante respeitar a autonomia de cada entidade sindical e, acima de tudo, a unicidade do movimento sindical. E hoje ela passa pela criação da CGT. A decisão foi da categoria, com ampla discussão, durante três dias. E dois



Os votos dos cutistas foram poucos e sem entusiasmo

terços votaram a favor da filiação à CGT".

Antes do Congresso, prevendo acirrados debates os diretores do Sindicato fizeram uma reunião decidindo manter-se coesos independentes do resultado da votação. "Espero que todos os diretores acatem a decisão do Congresso" - enfatizou Cláudio. "Sobretudo porque ele foi altamente representativo". Cada delegado representava 25 metroviários. Todos os setores mandaram delegados numa categoria que tem praticamente 90% de sindicalização, provavelmente o maior índice proporcional no país. Sem dúvida todos os metroviários foram representados.

### DIVISIONISTAS EM AÇÃO

Cláudio Spicciati confirmou que algumas correntes divisionistas estavam contestando a representatividade do Congresso. "Isso é um absurdo - afirmou ele. Afinal foram três dias de discussão. Cada um votou plenamente consciente do que queria. E os delegados decidiram por aclamação na plenária final manter a unidade da categoria independente do resultado da decisão quanto à filiação na CGT". Os divisionistas podem

esperar quanto quiserem. O fato é que o PT defendeu a filiação à CUT. Quando sentiu que seria derrotado na plenária, apoiou a proposta de ativistas do PCB de prorrogar a decisão durante três meses. Cutistas e pecebistas sofreram esmagadora derrota. A categoria reagiu bem à decisão. E inclusive vem se mobilizando para o Congresso de fundação da CGT.

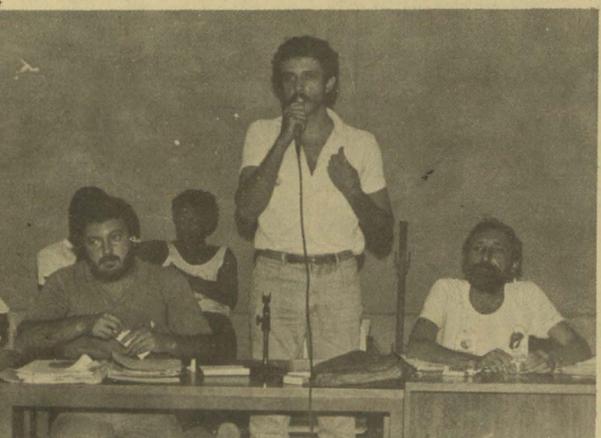
Além da decisão de apoiar a CGT e a unicidade do movimento sindical, os metroviários pronunciaram-se pela suspensão do pagamento da dívida externa, por uma Constituinte progressista e democrática e pela reforma agrária de acordo com a proposta da Contag.

Levantaram também diversas reivindicações próprias da categoria, além da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais para o conjunto dos metroviários e não apenas para alguns setores.

Quanto ao pacote econômico, aprovaram o congelamento dos preços e a instituição, embora com limitações, do salário-desemprego. Consideram justa a escala móvel mas reivindicaram que o índice para correção seja de 5% e não de 20%.

### GREVE PELO ABONO

Quanto à questão dos salários, Cláudio afirmou que "na prática foi institucionalizado o arrocho. Nossa categoria, por exemplo, conquistou antes do pacote, um abono de 26% para março. E no dia 14 já recebeu um adiantamento. Agora o governo afirma que não haverá abono para as estatais federais. E ao que tudo indica para as estaduais também não. No entanto, o abono foi conquistado antes do pacote. E qualquer lei tem que respeitar direitos conquistados. Se recebermos com desconto vamos entrar em greve, conforme decisão unânime do Congresso". (Olívia Rangel)



Cláudio Spicciati defende a unicidade sindical

## Enclat do Acre reúne 200 trabalhadores

Mais de 200 pessoas, entre delegados e convidados, lotaram o auditório do Centro de Treinamento do Rio Branco nos dias 14, 15 e 16 durante a realização do II Encontro das Classes Trabalhadoras do Acre (Enclat), como parte dos preparativos para a construção da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), prevista para o Congresso da Conclat em Praia Grande.

do Acre (Fetracre), o Sindicato dos Urbanitários, o Sindicato dos Bancários e as Associações dos Telefônicos e dos Professores do Estado. O encontro foi marcado pelo sentimento de unidade dos trabalhadores e reuniu o que há de mais representativo das forças sindicais no Estado. Foram três dias de muitas discussões sobre a questão nacional, planos de luta para o movimento sindical e fundação da CGT.

Depois de muito debate, os trabalhadores tomaram posição a favor da imediata suspen-

são do pagamento da dívida externa, implantação imediata do Plano Nacional de Reforma Agrária bem como a luta pela sua ampliação, por uma Constituinte realmente democrática e progressista, fim das leis arbitrárias e de todo entulho autoritário, combate à inflação por conta dos ricos, contra a privatização das empresas estatais, reajuste salarial para recompor o poder aquisitivo dos trabalhadores, jornada de trabalho de 40 horas e estabilidade no emprego, entre outras bandeiras.

# Pacote esfria a campanha salarial dos metalúrgicos

A campanha salarial dos aproximadamente 750 mil metalúrgicos do interior e do ABC paulista, com data-base em 1º de abril, chega à sua fase decisiva. Os 42 sindicatos da categoria espalhados por São Paulo realizam na próxima semana as rodadas finais de negociação com a Fiesp (entidade patronal). Diferente dos anos recentes, o clima nas fábricas não é de greve - conforme reconhecem os dirigentes sindicais. Em grande parte, isto se deve ao impacto do programa econômico do governo.

Um forte indicador de como anda a luta salarial deste ano é sentido na base metalúrgica de São Bernardo do Campo, considerada a mais organizada do Estado e com grande tradição grevista. Segundo Vicente Paulo, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, "não dá para esconder a realidade. Depois do anúncio do pacote de estabilização econômica do governo houve um esfriamento da campanha. A reação dos metalúrgicos foi a mesma da maioria dos brasileiros, de grande euforia e esperança".

### DIREÇÃO CONFUSA

O pacote econômico pegou de surpresa tanto os seis sindicatos

da CUT que negociam em separado com a Fiesp, como os 34 representados pela Federação dos Metalúrgicos do Estado (outras duas entidades negociam isoladamente). A central petista e a federação ficaram perdidas no tratamento da questão (ver box). Atualmente apoiam o congelamento de preços e fazem ressalvas ao arrocho de salários. Também criticam o fato do pacote não penalizar os ricos. Segundo dados da Federação dos Metalúrgicos, as indústrias paulistas tiveram um crescimento de 12% no ano passado e nada foi repassado aos operários.

As próprias pautas de reivindicações dos metalúrgicos

foram modificadas em função da nova realidade econômica do país. A federação exige a reposição das perdas salariais. Segundo Argeu dos Santos, presidente da entidade, "não abriremos mão desta reivindicação, nem do aumento real de salário". Já os sindicatos vinculados à CUT acrescentaram a reivindicação da reposição das perdas geradas pelo pacote. Segundo cálculos do Dieese, elas representam uma média de 18,6% nos salários.

Ambas passaram a tratar o item estabilidade como um dos pontos prioritários da pauta de reivindicações. Temem que os patrões, para se adaptarem às medidas de congelamento dos preços, aumentem a rotatividade da mão-de-obra a fim de reduzir os custos das empresas. Inclusive algumas iniciativas do patronato confirmam este temor. A GM de São Caetano demitiu na semana passada 400 dos seus 10.500 funcionários; e a Mercedes anunciou férias coletivas para 4.500 dos seus 12.500 empregados.

### ENFRENTAR O PATRÃO

Até agora só foram negociados os itens sociais com a Fiesp e na próxima semana serão discutidas as reivindicações principais, os itens econômicos. Já se prevê forte resistência dos patrões, que têm se amparado no pacote do governo. Roberto Della Mana, representante das indústrias, já anunciou que não serão concedidos aumentos reais e nem a estabilidade. A Fiesp também se recusa a discutir a reposição.

Para se contrapor a esta situação, os sindicatos têm investido mais na mobilização. Mas tem encontrado dificuldades. A última rodada de assembleias em São Bernardo, no final de semana passado, contou com cerca de 1.500 pessoas. No ano passado, no mesmo período, elas reuniam mais de 4 mil metalúrgicos e num clima de grande disposição de luta.

## Da conciliação à confusão

Para tentar explicar a desmobilização dos metalúrgicos do ABC paulista nesta campanha salarial, a central petista tem depositado toda culpa no recente pacote econômico. A CUT, eximindo-se de qualquer responsabilidade, afirma que o programa do governo confundiu suas bases.

Sem dúvida, o pacote esfriou a luta salarial. Afinal, ele atende a uma das reivindicações principais dos trabalhadores - o congelamento dos preços. No entanto, esta é apenas uma meia verdade. Antes mesmo do pacote ter sido anunciado, o clima no ABC já era o de uma campanha fraca, com assembleias esvaziadas e pouca discussão nas fábricas. A própria atuação dos cutistas era mais tímida.

Isto se explicava pela orientação da CUT que, desde o início do ano, era de pura conciliação. Jair Meneghelli afirmou em várias entrevistas que o objetivo da central que preside era o de realizar um "grande acordo nacional com o governo e os patrões e não uma greve geral". Exatamente quando a inflação disparava, a central petista falava em "pacote social", o que certamente gerou clima de apatia na base.

Por outro lado, quando veio o pacote, a CUT passou da conciliação para a confusão. Primeiro falou em greve geral imediata. Depois, frente à repulsa dos trabalhadores, mudou o linguajar. Colocou-se na defensiva.

Todos estes fatores, e não apenas o apontado pela CUT, desarmaram os operários frente à ganância dos empresários.

tação da CUT que, desde o início do ano, era de pura conciliação. Jair Meneghelli afirmou em várias entrevistas que o objetivo da central que preside era o de realizar um "grande acordo nacional com o governo e os patrões e não uma greve geral". Exatamente quando a inflação disparava, a central petista falava em "pacote social", o que certamente gerou clima de apatia na base.

Por outro lado, quando veio o pacote, a CUT passou da conciliação para a confusão. Primeiro falou em greve geral imediata. Depois, frente à repulsa dos trabalhadores, mudou o linguajar. Colocou-se na defensiva.

Todos estes fatores, e não apenas o apontado pela CUT, desarmaram os operários frente à ganância dos empresários.



A paralisação no Renave. A adesão foi geral e os operários conseguiram ampliar as férias

## Vitória dos marítimos contra patrões

Terminou no dia 13 a greve nacional dos marítimos. Todas as categorias (cerca de 30) participaram da paralisação, recebendo o apoio dos estivadores. Os marítimos reivindicam a manutenção das vantagens concedidas em convenções anteriores, 114% de aumento na soldada-base, ampliação das férias e reconhecimento da hierarquia salarial. A greve não atingiu as empresas estatais porque elas já haviam atendido as reivindicações dos trabalhadores anteriormente.

A paralisação durou três dias e tomou impulso após a adesão dos mestres arrais e condutores que movimentam os rebocadores. Estes mantiveram a greve até zero hora do dia 15, reivindicando o cumprimento dos dissídios de 83/84/85, burlados pela empresas privadas.

Todos os portos do país foram atingidos. Com maior

intensidade, os do Rio e Santos, impossibilitados de atracarem cerca de 30 navios, que foram obrigados a retornar com algumas cargas perecíveis para os frigoríferos. O superintendente da Sunamam chegou a solicitar a ajuda da marinha mercante para que movimentasse seis rebocadores, mas a tentativa não logrou êxito.

Ao longo das negociações os armadores (Syndarma) aceitaram conceder mais 10 dias de férias para aqueles que operam em águas estrangeiras e cinco dias para os de cabotagem. Porém, mantiveram-se relutantes em reconhecer a hierarquia salarial, alegando que somente com a ampliação das férias as folhas de pagamento seriam acrescidas em cerca de 1,5% para o pessoal da cobatagem e de 3% para os de longo curso.

Conforme os marítimos, os armadores, na ganância de

aufferem maiores lucros, vêm cortando substancialmente suas despesas com a redução das tripulações. Afirmando que estão submetidos a um regime de semi-escravidão, trabalhando com excesso de horas extras e convivendo diariamente com casas de máquinas barulhentas e em elevada temperatura, ambiente sabidamente insalubre. O maior arrocho ocorre nos navios de cabotagem, onde a remuneração é baixa e há excesso de trabalho e as tripulações de rebocadores chegam a trabalhar durante 24 horas, recebendo soldos de apenas 8 horas.

Os marítimos denunciam ainda a campanha para privatização do Lloyd, que responde por mais de 30% do total do movimento por navios brasileiros. A campanha ganhou impulso com a ascensão de Elmo Serejo à presidência do Lloyd, em substituição a Eduardo Portela Neto, que em sua gestão vinha apurando irregularidades anteriormente ocorridas na empresa. Elmo é um antigo servicial da ditadura militar e já declarou, logo ao tomar posse, que admite "a privatização do Lloyd", sob o pretexto de que é preciso "uma marinha mercante e de construção altamente competitiva". Na verdade, ele está a serviço das grandes empresas estrangeiras que atuam no setor e pressionam para a completa desnacionalização da frota mercante brasileira. (Serejo, presidente do Lloyd, um entreguista de marca maior)



CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Foto: AN

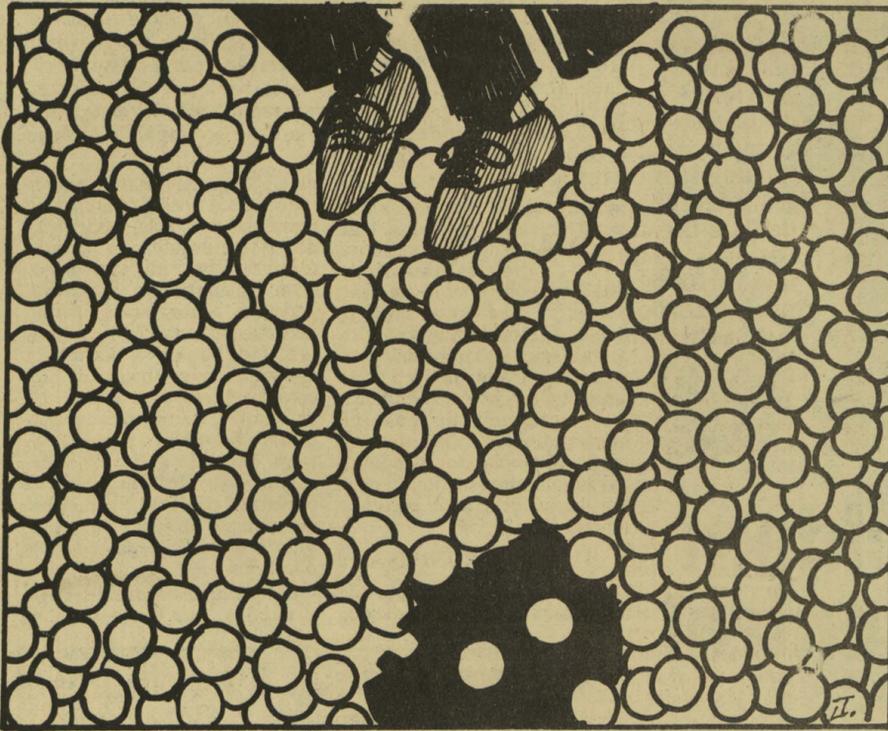
# Lavrador morre no silo que capataz não deixa desligar

A fazenda Pedregulho, de propriedade da Empresa de Plantações Brasil Central, que por sua vez pertence a um grupo multinacional francês com sede no Rio de Janeiro possui uma grande extensão de terras à beira da BR-163 no município de Itiquira, vizinho a Rondonópolis onde reside a quase totalidade dos trabalhadores da fazenda.

Lá está implantado um projeto de plantação de seringueiras e soja. A fazenda emprega cerca de 5 mil trabalhadores e alguns deles residem na própria.

Recentemente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis recebeu sérias denúncias sobre arbitrariedades cometidas pela empresa. No município de Itiquira não tem sindicato. Há um extensão do Sindicato de Rondonópolis. Desta forma os trabalhadores da fazenda lá se sindicalizaram. Com as denúncias, e de posse de alguns processos, a diretoria do sindicato reuniu-se com os trabalhadores, que denunciaram falta de respeito à jornada de trabalho; apenas 20 minutos para o almoço, coação das mulheres e crianças, obrigando-as a cumprir contratos irregulares. Neste caso a firma tem convênio com uma firma contratadora de serviços que emprega mulheres e crianças numa semana e dispensa na outra furando assim as leis trabalhistas (o sindicato descobriu que a firma é fantasma).

A falta de segurança no trabalho é outra questão levantada pelos lavradores. Eles são transportados junto com ferramentas (enxadas, foices,



machados etc.) o que é proibido por lei.

Existem demissões por "justa causa" devido à simples recusa de ampliar o horário corrido sem perceber horas extras, o corte de um galho de seringueira ou de um pé de soja entre outros motivos.

Um trabalhador estava fazendo a manutenção em um silo sem cinto de segurança. Caiu e morreu sufocado pelos grãos de soja. Seus colegas quiseram furar o solo para que a

soja escoasse evitando a morte do companheiro, mas o capataz não deixou. Uma clara demonstração de que para o capitalista o que interessa é o lucro, mesmo sacrificando a vida de um trabalhador.

Na reunião estavam presentes também diretores da fazenda, que tentaram, mas não conseguiram, intimidar os trabalhadores. Os lavradores discutiram abertamente seus problemas e exigiram respeito a seus direitos. A diretoria do

Sindicato está processando a fazenda por irregularidade. Mas a direção da empresa Plantação Brasil Central não quer reconhecer o sindicato de Rondonópolis como representante dos trabalhadores. E agora decretou até uma espécie de toque de recolher: depois das 22hs nenhum trabalhador pode assistir televisão; todos devem ir para casa e apagar todas as luzes além de outras exigências arbitrárias. (J.S.N. - Rondonópolis, Mato Grosso)

## Operários na miséria em Maravilha

É degradante as condições de trabalho e de vida dos operários da Pedreira Municipal de Maravilha, em Santa Cata-

rina. Trabalhando de sol a sol, quebrando pedras tal como verdadeiros escravos, amarrados pela cintura e recebendo

uns míseros 80 cruzados por carga, sem carteira assinada, FGTS, PIS, abono INAMPS ou qualquer outro direito

trabalhista.

Mal alimentadas, as mulheres são forçadas a auxiliar seus maridos na quebra de pedras. Moram em casebres sem nenhuma condição de higiene, são verdadeiros favelados numa região rica, como o oeste catarinense.

Mas infelizmente, o prefeito de Maravilha não mostra sensibilidade com esta situação degradante. Diz que não tem dinheiro para pagar os direitos dos trabalhadores da pedreira, realizar as obras para melhorar as condições de moradia dos operários ou construir creches para os filhos das operárias.

Porém, o prefeito doou nada menos que 25 mil cruzados à fábrica de óleos do senhor Ivo Roman (ex-prefeito do PDS). O laborioso povo maravilhense vê atônito essas atitudes do atual prefeito, mas saberá dar sua resposta nas próximas eleições. Nós, senhor prefeito, os pobres que o senhor tanto despreza, saberemos lhe responder com nossos votos. (Luiz Carlos Barros - Maravilha, SC)



## Ecoporanga debate reforma agrária

Realizou-se no último dia 9, na Escola Polivalente de Ecoporanga, Espírito Santo, uma significativa reunião de trabalhadores rurais do município, contando com mais de 600 pessoas e coordenada por Izias Ramos Neto (um combativo líder popular). Estiveram presentes vários representantes de órgãos públicos, como o Incra, a Secretaria Estadual da Agricultura, bem como lideranças sindicais e dirigentes de partidos políticos.

O fato lamentável, como sempre ocorre por aqui nas reuniões populares, foi a posição das lideranças da CUT e do PT, que infelizmente ainda se guiam por um anticomunismo

tacanho, digno dos piores homens do regime militar, como Maluf, Delfim e companhia. Os dirigentes da CUT e do PT impediram a participação do PC do B na mesa diretora dos trabalhos, onde outros partidos, como o próprio PT e o PFL, tiveram assento. Esse pessoal esquece que a ditadura militar já acabou, o PC do B é um partido legal, com representantes no Congresso e com candidatos próprios para as eleições deste ano.

Na reunião, o presidente regional do Incra, Roger Delboni, fez uma exposição sobre a aplicação do plano de reforma agrária no Espírito

Santo, quando esclareceu que o projeto do governo visa atender 18.700 famílias de sem-terras no Estado durante os próximos quatro anos, devendo ser assentadas no decorrer deste ano cerca de 2.000 famílias. No Estado, existem 80 mil famílias de camponeses sem terra. Roger Delboni salientou que os critérios adotados para o selecionamento das famílias englobam, primeiramente, os bóias-frias, demais assalariados agrícolas, meeiros, parceiros e arrendatários. Comentou que as listas serão elaboradas a partir dos sindicatos de trabalhadores rurais. Já foi constituída uma comissão especial formada por nove pessoas para

dar iniciativa ao projeto.

Fato que deixou quase todos os participantes da reunião indignados foi a não participação do prefeito, o senhor Geraldino Pinheiro dos Santos que, embora eleito pelo PMDB, representa os interesses do latifúndio na região (ele próprio é dono de uma grande extensão de terra). Também não participou o presidente do PMDB no município, Miguel Gonçalves de Souza, pessoa afinada com os ditames do prefeito e alheia às mudanças promovidas no país pela Nova República.

(Trabalhadores rurais de Ecoporanga - amigos da TO - ES)

## A briga pelo grêmio livre no Maria José

Os estudantes da Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Maria José fizeram greve nos dias 14 e 17 de março para conquistar um horário mais flexível para os alunos que chegam atrasados por motivos de trabalho, trânsito ou pessoais, bem como para aprovação da construção do grêmio livre.

Os alunos do período

noturno pararam no dia 14 e assim conquistaram 15 minutos de tolerância na primeira aula e entrada com autorização na segunda aula. Conquistaram também a aprovação da comissão Pró-Grêmio-Livre. Realizamos uma assembléia na qual estava presente o diretor Horácio Tucunduva e após 30 minutos de discussão a comissão reuniu-se com o diretor. E

assim conquistamos nossos direitos.

No dia 17, pela manhã, os alunos também pararam. Como no noturno, após a discussão na assembléia, a comissão foi à sala do diretor que demonstrou seu autoritarismo em relação aos estudantes.

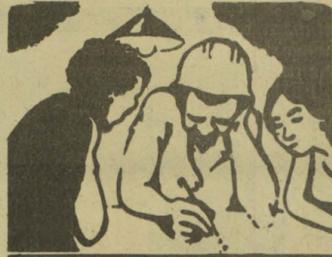
Após muita discussão foi aprovada a entrada na segunda

aula até que o assunto seja discutido com os pais no próximo dia 2. Os pais decidiram em assembléia se os alunos precisam de sua autorização para entrar na segunda aula. A hora agora é de conquistar o Grêmio Livre na escola.

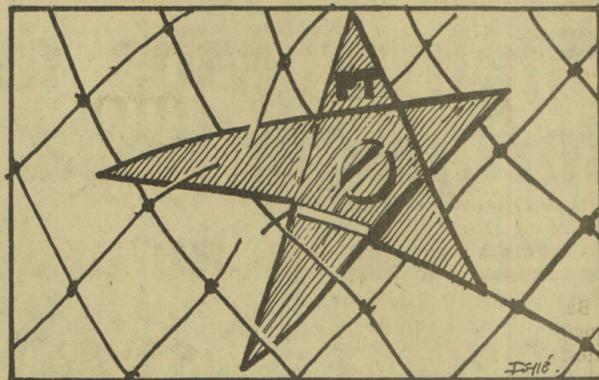
(Edson, da UMES, e Márcia, da Comissão Pró-Grêmio do Maria José - São Paulo)

Diversas cartas neste número trazem denúncias sobre as condições de vida dos trabalhadores rurais. Em Rondonópolis, por exemplo, um trabalhador morreu simplesmente porque o capataz da fazenda recusou-se a desligar o silo onde ele caiu para não parar o trabalho... Como diz a própria carta, a vida do trabalhador vale menos do que qualquer redução no lucro do empresário.

Coisas como essa se repetirão enquanto não houver reforma agrária e o camponês não for valorizado. Não por acaso essa reivindicação cresce no campo e na cidade, entre as massas trabalhadoras e populares. Reforma agrária e direitos trabalhistas no campo! (Olivia Rangel)



Fala o POVO



## PT prega divisão de trabalhadores nos sindicatos

Como professora, delegada ao Congresso da CPB (Confederação dos Professores do Brasil), realizado em João Pessoa (Pb), me sinto no dever de relatar alguns fatos que podem contribuir para melhor entender o papel que a CUT-PT vem exercendo na divisão do movimento sindical.

Neste congresso o pessoal vinculado à CUT-PT, impediendo de defender abertamente a divisão sindical, já que esta proposta não tem tradição no Brasil e muito menos no seio do magistério, levantou a bandeira da unidade, ao seu modo, sem defender a unicidade (ou seja, a existência de uma única entidade por categoria, como já ocorre com a UBES, Andes e UNE). Na verdade, usando jogo de palavras, o que os cutistas pretendem é estimular o pluralismo, a existência de várias centrais sindicais, a divisão dos trabalhadores.

Ao defender a Convenção 87 da OIT, a CUT-PT tenta fazer passar esta sua concepção divisionista e pluralista. Também no que diz respeito à questão da reforma agrária, que o Congresso da CPB debateu e apoiou, qual a posição dos petistas? Na prática, estão contra, já que não querem reforçar as decisões do 4º Congresso da Contag, pois este também aprovou, entre outras coisas, "sindicalismo unitário e livre da tutela do Estado, do partidarismo e do pluralismo sindical", tendo concluído que "uma Central Sindical Unitária fortalecerá a luta dos trabalhadores do campo e da cidade". Opiniões que, sem

dúvida, não se identificam com as posições adotadas pela CUT-PT.

Também no que diz respeito aos grêmios estudantis, a CUT-PT procura atacar o projeto Aldo Arantes aprovado pelo Congresso porque este defende a defesa de entidades unitárias. A liberdade que a CUT-PT prega, neste caso, é novamente a existência do pluralismo de entidades.

Ao discutir o tema Constituinte, por sua vez, o pessoal da CUT-PT trata de desmoralizar, hoje, a idéia da Constituinte, afirmando que o que foi aprovado pelo Congresso é uma "Prostituinte". Ai, ainda que não caibam ilusões e que seja fundamental remover todo o entulho autoritário e obter ainda várias conquistas no plano político para que esta seja uma Constituinte democrática e progressista, o que a CUT-PT está fazendo, na verdade, é tentar desacreditar que a mobilização popular pode contribuir decisivamente para a eleição do maior número possível de candidatos comprometidos com as causas nacionais e populares, incluindo desta e de outras formas na elaboração da Carta Magna.

Acredito que é fundamental debater com todo o magistério e outros problemas do sindicalismo brasileiro, os professores devem estar alertas para as conseqüências desagregadoras da CUT, por isto é preciso a mais ampla discussão e organização da categoria com vistas ao próximo Congresso. (Ione Ayres, delegada ao Congresso da CPB por Canoas - RS)

## Sem-terra lutam pelo assentamento em Mogi Guaçu

No dia 2 de março, cerca de 300 trabalhadores rurais de Mogi Guaçu, com apoio de vereadores locais e do deputado Tonico Ramos, realizaram um grandioso ato público em frente à fazenda Campininha. A fazenda é do Estado e está localizada em uma área de 4.800 hectares, destinada, em parte, a fins ecológicos e biológicos e, também, para plantações de pinos destinados ao mercado.

Os trabalhadores reivindicam uma área da fazenda para o assentamento de famílias sem terra ou a distribuição de terras de instrução e manutenção para que as famílias possam ali construir suas casas e praticar a agricultura familiar.

agricultura, etc.

Tudo isso são coisas mais que possíveis, já que na área da fazenda existe uma serraria e uma olaria completamente desativadas. Os trabalhadores conversaram, depois da manifestação, com os diretores da fazenda. Agora decidiram que vão falar sobre o problema diretamente com o governador Franco Montoro.

Com muita decisão, força e vontade de trabalhar, os trabalhadores alertaram seus companheiros de que "quando a riqueza é de poucos a miséria é de muitos". A missão é a chave da propriedade e a missão é fazer a força. ensinaram também. (Sindicato Mogi Guaçu - SP)



Jatobá: temática social e ecológica no canto e nas artes plásticas

# Augusto Jatobá, um artista em defesa da natureza

Baiano de Campo Formoso, Augusto Jatobá é, além de arquiteto, artesão e pintor, um grande compositor que, por força da discriminação das gravadoras e dos meios de comunicação, não pode mostrar a beleza e a importância do seu trabalho ao grande público.

Várias de suas canções versam sobre a defesa da natureza e os problemas sociais, principalmente de nosso país. *Matança*, que será o título de seu primeiro LP, é, também, um canto de rara beleza poética cuja constatação podemos fazer em alguns de seus versos:

De nada vale tanto esforço do meu canto  
Pra nosso espanto tanta mata haja  
vão matar  
Tal mata atlântica e a próxima amazônica  
Arvoredos seculares impossível replantar...  
Quem hoje é vivo corre perigo  
E os inimigos do verde da sombra do ar.  
Quem se respira e a clorofila

LIVROS — REVISTAS — POSTERS — POSTAIS —  
DISCOS — CAMBETAS — EXPOSIÇÕES  
Livros em 3 vezes sem acréscimo

**ARE PAU BRASIL**  
AUG. ALTERNAT

RUA VERGUEIRO, 923 - PARAÍSO - SP  
(FRENTE AO CENTRO CULTURAL SP)  
Fone: 279-0147 - CEP 01504  
SEG. A SÁB. 10 AS 23 HS.  
DOM. 16 AS 23 HS.

## Teatro no C.C.O.

O Grupo Lei da Oferta apresentará a peça *A Constituinte*, no dia 22 de março, às 19h30m no Centro de Cultura Operária. Após a apresentação haverá um debate com Aldo Rebelo, candidato à Constituinte pelo Partido Comunista do Brasil em São Paulo. O Centro de Cultura Operária fica na rua Maria José, 326, fone 35-7266, Bela Vista.

# Derrotas demonstram que a seleção está desentrosada

A seleção brasileira voltou de sua desastrosa excursão à Europa com maiores problemas do que quando partiu. O selecionado alemão, mesmo desfalcado e sem preparo suficiente, venceu-nos por 2 a 0. Já a Hungria mostrou a força de seu futebol, o que não se via desde a década de 50 quando formou grandes times e melhorou sensivelmente o futebol europeu.

O time brasileiro por sua vez está caindo pelas tabelas. Os grandes astros estão mesmo bichados. Basta ver que Zico e Sócrates estão machucados e Falcão ainda não está na sua melhor forma e tem problemas a toda hora. O treinamento realizado por Telê Santana na Toca da Raposa está fazendo mais mal que bem. Os jornais publicaram fotos da viagem dos brasileiros, onde, dentro do avião, apareciam os jogadores caídos de cansaço uns em cima dos outros.

Enfim, o selecionado está um vexame. Mal preparado, com muitos bichados, desentrosado e com pouco tempo para resolver essa enorme plêiade de complicadas questões. Nos próximos 70 dias, Telê terá que arrumar a seleção e aproveitar o que aprendeu na Alemanha e na Hungria. Dessas derrotas pode-se tirar muitos ensinamentos. Um deles é que o futebol brasileiro precisa assimilar a humildade, sem a qual não se chega a lugar nenhum. Afinal, o futebol europeu vem evoluindo desde o "carrousel" holandês e hoje mostra uma força que os sul-americanos, principalmente, devem observar melhor.

### POLITICAGEM

Os jornais cariocas, principalmente o JB, estão apostando na queda de Telê e usando os jornalista paulistas para isso. Querem culpá-lo pela derrota da seleção. Nada mais bronco, pois Telê logo que assumiu a seleção afirmou que não concordava com essa excursão, pois o time não estaria preparado. Tentou junto com a direção malufista da CBF, anular os contratos de jogos na Alemanha e Hungria, mas não conseguiu. Mas avisou que não seria bom para o Brasil.

Na verdade, a seleção foi convocada tarde, porque os cartolas não se enten-



Leão não consegue impedir o avanço húngaro sobre o selecionado brasileiro, que precisa do reforço dos brasileiros

diam e queriam arrebatar a CBF antes de preparar o time para a Copa. A fonte principal dos problemas está aí, na politicagem dos cartolas. Há outros, evidentemente e já citamos aqui. Na volta da seleção, antes do embarque para o Brasil, até jornalistas cercaram o chefe da delegação e disseram que o melhor era dispensar o Telê e contratar o Minelli, para colocar a seleção em ordem.

Nada mais falso. Minelli é um bom técnico, mas se o tempo já é exigido para Telê, que tem um esquema na cabeça, faltando apenas encontrar os homens certos para concretizá-lo, o que acontecerá com Minelli? Que milagre ele poderia operar no comando do selecionado? Não iria encontrar jogadores melhores do que os já convocados, porque o Brasil está numa espécie de entressafra de craques. Teria que torcer para a recuperação de Zico, Sócrates e Falcão, os principais líderes do nosso futebol.

### A CAVALARIA VEM AÍ

Dentro de algumas semanas, chegarão reforços, ou como dizem os aficio-



Foto: Marilene Mavesco

nados de "bang-bang", a cavalaria vem aí. Os brasileiros (jogadores que estão na Itália), Júnior, Cerezo, Edinho e Dirceu, serão incorporados brevemente e aí pode mudar o esquema do time, pegar mais embalo, um timing melhor e mais ousado, dando um outro rendimento. Os brasileiros estão há muito tempo aprendendo com o futebol europeu e poderão dar uma contribuição fundamental, formando com os veteranos craques que estão no estaleiro aqui.

Agora é torcer para que Telê mantenha a calma e consiga dar mais agressividade ao time logo que os bichados saírem do estaleiro e os brasileiros serem incorporados. Os cartolas e os jornalistas politiqueiros precisam é deixar o homem em paz e cobrar resultados no seu devido tempo. A nós, torcedores, é ter mais humildade e saber que não é só no Brasil que se joga futebol. (Luiz Aparecido)

## O canto latino de Victor Noel Bravo

Cantor, compositor e violoncelista uruguaio, Victor Noel Bonilla Bravo está no Brasil desde 1978. Suiu de seu país empurrado pelas dificuldades econômicas e pela falta de liberdade existente durante o período da ditadura militar. "No Brasil, logo que cheguei comecei a trabalhar na construção civil, e depois numa madeireira. Mas a partir de 1983 comecei a desenvolver atividade como músico, no Rio Grande do Sul".

De origem pobre (seu pai era cobrador de ônibus, sua mãe trabalhava como empregada doméstica), Victor Bravo faz música "sobre a realidade dessa gente humilde. Trabalho com os problemas do proletariado, com a luta contra o latifúndio. Proponho a união dos povos, a paz, a igualdade. É uma briga cultural, para fazer valer nossas ideias - não dá para ficar cantando Julio Iglesias. A verdade é que a música imperialista está dominando o país, e quem tem militância é cercado. Uma coisa inadmissível!".

O compositor fez inclusive uma música em homenagem ao PC do B, que pretende cantar no dia do aniversário do

partido, 25 de março. Eis os seus versos:

Deixo minha casa e meu calor  
Deixo meu filho e meu amor  
E minha guitarra em silêncio  
Deixo meu sonhar pela razão

Deixo este canto  
Que talvez um camarada  
Há de cantar  
E em sua alma sentirá  
E com seu sangue  
Escraverá "Revolução"

Hoje é teu dia  
E a cantar com alegria e com honra  
Sigo o caminho que me dá de liberdade

Dá-me tua mão, teu calor  
Operário humilde, lavrador

Trigo maduro, um torno sou  
Feito canção  
E o novo dia nascerá  
E um novo Sol iluminará  
Feito de amor e de dor para nós.

Contatos com Victor Bravo podem ser feitos através da Arte e Vida, Av. Brig. Luís Antônio, 1511, fone 251-2729, com Rijarda ou Zé Reinaldo.



Bravo: "Proponho a união dos povos"



Para cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

- Anual (52 edições)  Cz\$ 260,00
- Anual popular (52 edições)  Cz\$ 130,00
- Semestral (26 edições)  Cz\$ 130,00
- Semestral popular (26 edições)  Cz\$ 65,00
- Trimestral (13 edições)  Cz\$ 33,00
- Anual para o exterior (dólares)  US\$ 70

Nome: .....

Endereço: .....

Bairro: .....

Cidade: ..... CEP: .....

Estado: .....

Profissão: .....

Data: .....

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo. CEP 01318.

## Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318

Telefone: 36-7531 (DDD 011)

Telefax: 01132133 TLOBR

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira

Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Ramal

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69000

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000

AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000

BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinqüentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Ilhéus: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua América Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (pre-1970) - CEP 47000

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302

CEARA - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Quixadá: Rua Floriano Peixoto, 22 - CEP 63500

Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 1 - CEP 62100

ROIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua do Sossogo, 221, Botafogo - CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000

PARAIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7951. CEP 50000

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Dredoro, 776 - Cidade Alta - RN. CEP 59000

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236. CEP 54500

Coraraimas: Rua Dantas Barreto, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000

PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000</

# Vitórias dos moradores de Pará e Goiás

Às vésperas do Congresso da Conam, Pará e Goiânia realizaram congressos estaduais das associações de moradores locais. Em Goiânia, dia 16, cerca de 300 lideranças comunitárias participaram do evento (destas, 185 delegados). A principal resolução foi a criação da Federação Goiana das Associações de Moradores - Fegam - sendo eleito Daniel Ângelo o presidente.

O congresso foi amplamente convocado pelo Conselho Consultivo das Associações de Bairros, Conselho das Associações de Moradores de Anápolis, e pelo Conselho das Associações de Moradores de Aparecida de Goiânia. Fizeram-se presentes, ainda, a Associação de Moradores de Rio Verde, Jataí, cidade de Goiás e Trindade.

Há pouco mais de um mês havia sido criada, sem convocação prévia, a Fegam (Federação das Associações de Moradores do Estado de Goiás) numa reunião improvisada com a presença de apenas 17 pessoas que discutiria o Programa de Alimentação Popular. Diante disso, os setores consecutivos do movimento comunitário resolveram convocar, de forma ampla e democrática, um congresso para eleger uma federação representativa dos interesses dos moradores dos bairros, vilas e favelas de Goiás.

Embora o congresso tenha sido convocado explicitamente para eleger a Fegam e discutir a participação dos comunitários no Congresso da Conam, setores minoritários do movimento, ligados ao PT e ao PCB, tentaram tumultuar os trabalhos e impedir a criação da entidade. Nos grupos e na plenária a questão polarizou as discussões.

Ao final, a criação da Fegam foi aprovada por 185 votos, contra apenas 2 que optaram por uma "comissão provisória". Feita a cotação, os defen-

sos da proposta derrotada retiraram-se do congresso, evidenciando a falta de espírito democrático que animava suas pretensões.

Em seguida foi formada uma chapa bastante ampla e representativa do movimento comunitário goiano. A eleição se deu por unanimidade, e a diretoria foi empossada pelo secretário-geral da Conam, João Bosco, que fez questão de assinalar ser esta a entidade legítima das associações de moradores do Estado.

## UNIDADE NO PARÁ

Em Belém o I Congresso de Associações e Centros Comunitários do Pará realizou-se dias 15 e 16. Mais de mil delegados representaram os diversos bairros da capital e inúmeras cidades do interior. Foi o resultado de um trabalho constante de alguns integrantes da pró-Federação formada no 1º Encampa (Encontro de Moradores do Pará), realizado em 1985.

O congresso demonstrou a vitória da unidade popular sobre setores exclusivistas e divisionistas no movimento, traduzida na defesa de bandeiras de luta como: Constituinte democrática e progressista, reforma agrária antilatifundiária, suspensão do pagamento dos juros da dívida externa aos imperialistas, reforma universitária, etc. Neste sentido, o coroamento do Congresso só poderia se dar com a escolha de uma direção unitária e combativa (chapa União e Luta), representando as forças atuantes no movimento, sob a presidência de Maria do Socorro Rodrigues, incansável na luta pela organização e consciência do povo.

Os moradores do Pará só ganharam com o grande evento, preparando-se assim para uma interferência maior na futura Constituinte e nas lutas vindouras pela libertação de nossa pátria. (das sucursais)



Com o fim do regime militar vem crescendo muito a mobilização dos moradores de bairro

# Associação de Moradores fazem seu maior congresso

Realiza-se em Brasília nos dias 21, 22 e 23 de março o III Congresso da Confederação Nacional de Moradores (Conam). Delegações de todos os Estados discutirão, entre outros pontos, o congelamento dos preços, a constituinte, a dívida externa. Para falar deste evento a Tribuna Operária ouviu João Bosco da Silva, secretário-geral da Conam, recém-chegado de uma viagem por várias capitais onde presenciou a intensa movimentação das entidades comunitárias rumo ao Congresso.

**T.O - Qual a importância deste congresso para o movimento comunitário?**

**João Bosco:** Este congresso se reveste de uma importância ainda maior por se realizar num momento em que a Nação se prepara para eleger a Constituinte. É um momento em que o movimento comunitário pode unificar em torno de determinadas bandeiras para fazer avançar a sociedade brasileira. Os movimentos de bairro podem dar uma grande contribuição na eleição de uma grande bancada de constituintes comprometidos com os setores populares.

A realização deste congresso também se dá a poucos dias da decretação do pacote econômico que trouxe profundas mudanças no país. Nós discutiremos as maneiras de garantir aquelas medidas que mais nos interessam, como o congelamento dos preços, e as formas de fazer avançar aquelas medidas consideradas muito tímidas para os trabalhadores, como o salário-desemprego.

**"Existe um sentimento generalizado para se eleger uma diretoria ampla e de unidade"**

**T.O - Você nota um avanço neste congresso?**

**João Bosco:** Este deverá ser o congresso da Conam com maior representatividade. Estão participando de sua preparação representantes de todos os Estados e de todas as correntes políticas que atuam no movimento popular. Estarão presentes delegações de todos os Estados. Estive viajando por várias capitais para divulgar o Congresso e ajudar na sua preparação e notei um interesse de participação muito grande. No Rio de Janeiro participei de uma reunião na Famerj, preparatória do Congresso, com quase 300 pessoas. Em Belém e Goiânia foram criadas, na semana passada as Federações das Associações de Moradores (veja matéria ao lado). Em Salvador, Fortaleza e Cuiabá presenciei os intensos preparativos para se organizar as caravanas de ônibus.

O que também se nota por todos estes lugares é um sentimento generalizado para que a nova diretoria a ser eleita saia de uma chapa unitária; uma chapa



João Bosco e Dalva Stella Medeiros, diretores da Conam

ampla que garanta a unidade necessária para o avanço do movimento comunitário. Para que seja eleita uma diretoria unitária é necessário que tenha representantes das mais variadas unidades da federação e de todas as correntes políticas que tenham trabalho nos movimentos de bairros e favelas.

**"A discussão sobre o pacote econômico é o que mais empolga os moradores de bairro"**

**T.O - Além da pauta inicial proposta para ser debatida neste congresso - o povo na Constituinte e Fora o FMI - o pacote econômico será discutido?**



Durante o último encontro da Conam, em outubro passado, os moradores já exigiam o congelamento

favoreceu a realização deste encontro?

**João Bosco:** O fato de estarmos realizando o congresso sob a égide de um governo democrático permitiu torná-lo o maior e mais representativo de todos. Houve um despertar nas associações de moradores de um ano para cá. Devido a este grande interesse ficou acertado que os critérios para a tirada de delegados deveria ser apenas dois por associação, pois, se não fosse assim poderíamos ter um congresso com mais de 10 mil delegados e Brasília não tem infraestrutura para um encontro desta magnitude.

**"Cada Estado tem se esforçado para levar o maior número de delegados à Brasília"**

Cada Estado está fazendo esforços para levar grandes delegações. Só de São Paulo estão confirmados 33 ônibus. Do Acre três ônibus. Os delegados de Manaus farão parte da viagem de barco, até Belém, e depois tomam ônibus. Muitos governos estaduais e prefeituras têm ajudado no transporte das delegações.

O apoio da Secretaria Especial de Ação Comunitária da Presidência da República, da Cobal e da Universidade de Brasília deu melhores condições de infraestrutura do Congresso. Já temos à nossa disposição um computador, o que permitirá que cada delegado ao chegar já receba sua pasta com nome, credencial e todo material necessário. Mas tudo isso se concretizou graças principalmente ao trabalho abnegado de cada associação e com seu apoio é que a Conam se torna cada vez mais forte.



O ministro da Saúde (no microfone) na Conferência

## 2.500 pessoas debatem a saúde em Brasília

O ministro da Saúde, Roberto Santos, abriu no dia 17, em Brasília, a 8ª Conferência Nacional de Saúde. Cerca de 2.500 pessoas de todos os Estados compareceram ao Ginásio de Esportes de Brasília, no início dos trabalhos deste encontro que se estenderá até o dia 21. Foram convidados todos os setores da sociedade que trabalham com a área de saúde, mas os representantes do setor privado (hospitais e medicina de grupo) se negaram a participar, pois queriam ter direito a um terço dos mil delegados. Caberiam a eles enviar 75 delegados com direito a voto.

### É PRECISO MUDAR

Este fórum de debates será uma ótima oportunidade para criticar a falência do atendimento médico no país baseado nas empresas médicas privadas. O Estado faz convênios com a iniciativa privada da área médica onde são frequentes as fraudes e o mau atendimento aos pacientes. Na abertura, o presidente da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz) abordou esta questão, falando sobre o tema

"Democracia é saúde", alertou que é necessário um novo código de relacionamento entre o setor público e o setor privado, elaborado dentro de uma ampla reforma sanitária. Para ele "o setor privado se expandiu às custas dos recursos públicos, assumindo um caráter parasitário. O atual sistema previdenciário não contempla uma grande massa de trabalhadores do mercado informal de trabalho e faz os que têm carteira assinada sustentarem a iniciativa privada".

O ministro da Saúde defendeu a unificação dos serviços de saúde a fim de elevar o nível de atendimento da população a curto prazo. Segundo ele a concentração de grandes recursos à medicina curativa (Inamps) em detrimento da medicina preventiva (que cabe ao Ministério da Saúde) tem sido "altamente nocivas e injustas". Roberto Santos acha que "há um equívoco na idéia de que somente depois que a moléstia se instala, é que a saúde do trabalhador deve ser cuidada com melhores recursos da contribuição direta do próprio trabalhador".